



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 7/2019
SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
DE 25-10-2019**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 7 da Sessão Extraordinária de 25-10-2019

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -25 de outubro de 2019-----

INICIO - Quinze horas e quinze minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1º SECRETÁRIO - Adelino da Costa Pinto.....PS

2ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

MEMBROS - Maria Margarida de Oliveira Monteiro FontouraPSD

João Raul Henriques Sousa Moura PortugalPS

Manuel António Fernandes DominguesPSD

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Paulo Jorge Martinho PintoPSD

José Fernando Guedes CorreiaPS

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Maria Adelaide Gaspar GonçalvesCDU

Maria Isabel Gaspar Ferreira de SousaPSD

Luis Manuel Mendes RibeiroPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Christopher Joseph Maia OliveiraBE

Andreia Manuela Dias dos Santos GarciaPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

António Simões de JesusPS

Adelaide Sofia Ferreira Carraco dos ReisPS

Leila Maria Fidalgo FerreiraPSD

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

Libânia Ribeiro PiresCDU

Maria Bebiana Rafael Sampaio MarquesPS

Pedro Fernando Teixeira Alves MacedoPSD

José Augusto Fernandes MateusPS

Tiago Patrício Cadima JorgePSD

Diogo Manuel Miragaia Ferreira LimaPS

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataINDEPENDENTE



(Buarcos e São Julião) José Manuel Matias TavaresPS
(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS
(Lavos) Maria Lucília dos Santos Pedrosa Marinho da CunhaPS
(Maiorca) Rui Pedro Pinto FerreiraPS
(Marinha das Ondas) Manuel da Conceição Rodrigues NadaPS
(Moinhos da Gândara) Célia Catarina Querido OliveiraPSD
(Paião) João Paulo Gonçalves PintoPS
(Quiaios) Maria Fernanda Marques LorigoPS
(São Pedro) António Manuel dos Santos SalgueiroPS
(Tavarede) Fernando António Martins LopesPS
(Vila Verde) Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS
Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

SUBSTITUIÇÕES

Mário João Menezes Paiva por José Augusto Fernandes Mateus, Fausto Fernando Santos Loureiro por Diogo Manuel Miragaia Ferreira Lima, e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz por Libânia Ribeiro Pires.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Mário João Menezes Paiva, Fausto Fernando Santos Loureiro, e Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Está entre nós um funcionário da Câmara, assistente técnico, Carlos Bilhana, de 61 anos de idade e 46 anos de serviço, ininterruptos nesta Câmara Municipal. Vai-se aposentar e manifestou interesse em se despedir dos senhores deputados municipais, tal como o fará com os membros do executivo, em sede de reunião de Câmara. Falei com os líderes dos grupos municipais e ninguém se opôs."-----

CARLOS BILHANA: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----
Para mim é uma grande honra estar aqui. Iniciei funções em 01 de outubro de 1973, como paquete, e acedi aos 18 anos a Contínuo, e hoje sou Assistente Técnico.----
Estou aqui ao fim de 46 anos e 01 mês, tenho 61 anos e 05 meses, e vinha agradecer a quem me conhece e a quem não me conhece, o trabalho que eu fiz aqui.-----
Não posso dizer mais nada, a não ser obrigado. Agradeço a todos vocês, a todos os Presidentes de Câmara que passaram por esta casa, uns já faleceram, outros ainda estão vivos. Muito obrigado! É tudo o que tenho para dizer."-----



1. - **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE AGOSTO DE 2019**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco à votação a aprovação da ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 28 de agosto de 2019."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Raul Portugal, e Susana Oliveira Monteiro, e do Partido Social Democrata, Célia Querido Oliveira, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 28 de agosto de 2019.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

2. - **DESIGNAÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ**

Na sequência da assunção das competências no domínio da saúde pelo Município da Figueira da Foz, a partir de 01 de janeiro de 2020, e do disposto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, em cada Município terá de ser criado um Conselho Municipal de Saúde, cuja constituição, entre outros, integra um Presidente de Junta designado em Assembleia Municipal em representação das Freguesias do Concelho. Assim, foi proposta a designação do Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, Rui Pedro Pinto Ferreira, para integrar o Conselho Municipal de Saúde do Município da Figueira da Foz.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Dos anos que já levo desta casa e são alguns, fomo-nos habituando a que estas designações obedecessem a um critério de competência, adequação ao cargo, mas também o consenso das várias forças políticas e partidárias aqui representadas. Não foi o caso!-----

E sem colocar em questão a honorabilidade do designado pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelo líder e do grupo municipal do Partido Socialista, lamento que, desta vez, não se tenha procurado o consenso, até porque no grupo municipal do Partido Social Democrata há uma pessoa, que profissionalmente estará muito mais qualificada para representar esta Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde.-----

Por isso, lamento esta decisão absolutamente arbitrária e injustificada desta maioria do Partido Socialista que, uma vez mais, mostra estar mais interessada em servir-se do que em servir o Concelho."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----



ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Não considero que isto seja um lugar de se servirem. Na minha opinião, o nosso colega deputado municipal e Presidente de Junta de Maiorca está absolutamente apto para desempenhar essas funções.-----
Já é tempo de retirarmos essa carga de Dr., das preparações ou não preparações, porque isso é uma falácia. O intelecto de cada um constrói-se sem ser preciso uma licenciatura ou doutoramento, ou uma pessoa estar por dentro dos assuntos, ser um profissional da matéria. A sensibilidade, o conhecimento, e inclusivamente o problema gravíssimo que ele enfrenta no Centro de Saúde em Maiorca, só isso bastaria para lhe darmos o nosso aval.-----
Eu acho que o deputado municipal Rui Pinto Ferreira vai desempenhar com muito nível o cargo para o qual está a ser designado, e não é para se servir nem para servir o Partido Socialista."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A Coligação Democrática Unitária também estranhou a forma como o nome do deputado municipal Rui Pinto Ferreira foi proposto, por imposição/indicação do partido maioritário, pois desta vez, não houve a preocupação de se alcançar um consenso.-----
Também entendemos que havendo nesta Assembleia uma Presidente de Junta ligada ao setor da Saúde, provavelmente, seria a melhor indicação.-----
Há ainda uma outra questão que gostaríamos de salientar. É verdade que Maiorca está com muitos problemas, mas também é verdade que, na altura, foi dito pelo Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca (que, por acaso, é o Senhor Rui Pinto Ferreira e nada tem a ver com a pessoa do senhor Rui Pinto Ferreira) que tentou minorar a questão da quantidade de consultas que as pessoas precisariam.-----
Portanto, para a Coligação Democrática Unitária não está em causa o nome, está em causa a melhor forma de representar esta Assembleia no Conselho Municipal de Saúde. E também entendemos não ser necessário ser doutor ou ter outro qualquer estatuto para perceber os problemas das populações e os tentar resolver da melhor forma.-
Por tudo isto e por considerar que poderia ter havido uma proposta melhor, a Coligação Democrática Unitária não vai votar favoravelmente esta proposta."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Obviamente, sem querer apoucar e não é isto que está em causa, ouvindo bem todos os outros grupos municipais do Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Partido Socialista, não estão aqui em



causa as competências e capacidades da pessoa do Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca para indicação deste Conselho Municipal de Saúde.-----
Na minha ótica e na do grupo municipal por mim representado, faltou aqui uma indicação e um debate multipartidário, por exemplo, feito na reunião de líderes, dado que um dos objetivos dessa reunião é o debate do que se vai passar na Assembleia Municipal, e onde caberia essa discussão multipartidária na escolha dos nomes a indicar para cargos onde a Assembleia Municipal tem a representatividade. Tal como os grupos municipais do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, entendo que deveria ter sido indicado alguém com conhecimentos na área da saúde.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

ISABEL GUARDÃO TAVARES: “A lei diz que tem de ser um Presidente de Junta designado pela Assembleia Municipal para representar as Freguesias do Concelho. Não diz que tem de ser um profissional de saúde, e talvez até convenha que não seja um profissional de saúde.-----

Trata-se de uma função não remunerada, daí não ser para o Partido Socialista ou o próprio se servir.-----

No meu entendimento, um enfermeiro, médico ou professor da área da saúde iria ter mais dificuldades em apresentar os problemas, porque está metido na «engrenagem». Não sendo profissional de saúde, na minha ótica desempenhará muito melhor as suas funções. ”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Com todo o respeito, deputada municipal Isabel Guardão Tavares, as suas duas intervenções demonstram um completo desconhecimento daquilo que se está aqui a tratar.-----

O Conselho Municipal de Saúde tem as seguintes competências: contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal, emitir parecer sobre a estratégia municipal de saúde, emitir parecer sobre o planeamento da rede de unidades de cuidados de saúde primários, propor o desenvolvimento de programas de promoção de saúde e prevenção da doença, e por aí fora, e afirmou que não tem de ser um profissional da área!!! Estamos conversados.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, peço desculpa por não ter assistido à discussão, mas tive de sair por questões pessoais para atender um telefonema, mas de qualquer forma, o meu camarada e deputado municipal Nuno



Melo Biscaia já me pôs ao corrente.-----
Apesar de se tratar da área da saúde não é obrigatório que a pessoa seja médico ou enfermeiro, aliás, olhe para o elenco do Governo atual e para os elencos governativos também do Partido Social Democrata, onde na área da saúde não estavam nem médicos nem enfermeiros, estavam pessoas de outras áreas.-----

O Presidente da Junta de Freguesia, Rui Pinto Ferreira, além da sua capacidade política e do trabalho feito na sua Freguesia, é uma pessoa que tem defendido um conjunto de mais valias relativas à política da saúde. É uma pessoa informada sobre as políticas de saúde que defende para a sua Freguesia, tendo tido reuniões em vários órgãos de saúde distrital, nomeadamente, na Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.-----

Nós entendemos que sendo aquela pessoa que mais se tem debruçado sobre esta área e obrigando a lei a que se designe um Presidente de Junta de Freguesia, seria a pessoa com mais capacidade e condições para exercer esta função, obviamente, sem colocar em causa que pudessem existir outros presidentes de junta com essas competências.-----

O Partido Socialista e os seus deputados municipais escolheram o Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, Rui Pinto Ferreira, e não falou com a oposição, por uma razão muito simples, porque ia ocorrer uma reunião de líderes depois de ter debatido a questão, e aí a proposta seria discutida e até poderia ser alterada.- Mas não a alterámos por entendermos que o Presidente da Junta de Freguesia, Rui Pinto Ferreira, representará muito bem, mas mesmo muito bem, os Presidentes de Junta do Concelho.-----

Não existe aqui nenhuma posição de autoritarismo! Escolhemos o Presidente de Junta Rui Pinto Ferreira pelas suas competências, trabalho demonstrado e por aquilo que foi o seu debruçar, ao longo destes anos, na área da saúde, até por questões concretas da sua Freguesia. Temos muito orgulho que ele represente a Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Saúde, e acreditamos muito no trabalho que desempenhará no próximo ano.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “Em primeiro lugar para contestar, se me for permitida a expressão, a intervenção da deputada municipal Isabel Guardão Tavares.-----

Tem de ficar aqui registado que absolutamente nada me move contra o Presidente da Junta de Freguesia Rui Pinto Ferreira.-----

Claro que o Dr. não é importante, mas ajuda muito! Nada melhor do que as pessoas



que estão a tratar de determinada matéria terem informação e experiência sobre a mesma. Com todo o respeito pela profissão, eu não vou pôr um condutor de autocarros a pilotar um avião. São coisas completamente diferentes. Obviamente, a experiência ajuda muito.-----

Foi também aqui argumentado que o senhor Rui Pinto Ferreira lutou e se debateu por melhores condições e cuidados de saúde para os seus fregueses, mas todos os outros presidentes também o fizeram agora, antes, e irão continuar a fazê-lo.-----

Entendemos muito bem que existe aqui a questão política, o Partido Socialista é maioria e temos de respeitar, assim é em democracia, agora, não venham com argumentações falaciosas, desculpem-me a expressão, para justificar o injustificável.-----

Se mais razões não houvesse, há aqui um ponto no art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, onde se pode ler na alínea a) «Participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas unidades de prestação de cuidados de saúde primários, nomeadamente, na sua construção, equipamento e manutenção» e na alínea b) «Gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários». Ora bem, quem está mais por dentro disto do que um profissional de saúde?! Quem melhor do que pessoas com formação e experiência na área para darem opinião sobre este assunto?!-----
Nós aceitamos, mas em consciência isto não deveria ser assim.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Deputado municipal Pedro Alves Macedo, permita-me discordar. Normalmente, quem trata da conservação dos edifícios e da maquinaria nos hospitais ou nos cuidados paliativos não são enfermeiros e médicos, às vezes são engenheiros. Portanto, não me parece que tenhamos aqui qualquer Presidente de Junta de Freguesia com essa competência. Cada profissional intervém na sua área.-----

Por exemplo, nós já escolhemos aqui as deputadas municipais Clarisse Silva Oliveira e Susana Oliveira Monteiro para o Conselho Municipal Sénior, e também não me parece que trabalhem na área, ou sejam seniores.-----

Nós não estamos aqui recrutar um profissional para a área da saúde, estamos a escolher um representante político para a estratégia de um órgão, e nada melhor do que um presidente de Junta, que se inteirou e sabe destas questões, para nos representar nesse órgão.-----

Portanto, repudiamos quem diga o contrário relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, Rui Pinto Ferreira. E acho até que nos fica mal colocar



esta escolha em causa porque, independentemente de haver outras pessoas com qualidades, a Assembleia Municipal vai ficar muito bem representada.-----
E não sei qual será a votação, mas Rui Pinto Ferreira mereceria uma votação por unanimidade. Obviamente não será assim, mas respeito porque estamos em democracia e num órgão plural, mas quero dizer que, independentemente de ser aprovado por unanimidade ou por maioria, esta é uma escolha sensata, com qualidade e que nos orgulhará muito.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: “Deputado municipal João Raul Portugal, pode ter a certeza que não me fica mal votar em consciência, e eu penso aquilo que a minha consciência diz. Voto em consciência naquilo que acho melhor para o Município, não voto aqui em termos políticos.-----

Repito, nada me move contra o Presidente da Junta de Freguesia Rui Pinto Ferreira, mas em meu entender, havendo pessoas com formação na área, estamos a desperdiçar uma mais-valia que poderia ser uma grande contribuição para este caso em concreto. E nada mais vou acrescentar quanto a isto, porque estaríamos aqui a tarde toda a esgrimir argumentos de ambas as partes.-----

A minha consciência e julgo que a dos meus parceiros de grupo municipal, assim o dita - havendo pessoas na área, por que razão se subestima essa mais valia? Vamos votar em consciência, mas nunca em termos partidários.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia. -

NUNO MELO BISCAIA: “O deputado municipal Pedro Alves Macedo leu o art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, que se refere às competências transferidas para os órgãos municipais, e o Conselho Municipal de Saúde, previsto no art.º 9.º do mesmo diploma, tem competências ligeiramente diferentes e não tão técnicas.-----

Cito a título de exemplo - contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal, emitir pareceres sobre a estratégia municipal de saúde e o planeamento da rede de unidades de cuidados de saúde primários, propor o desenvolvimento de programas de promoção de saúde e prevenção da doença, promover a troca de informações e cooperação entre as entidades representadas, etc.-----

Portanto, as competências do Conselho Municipal de Saúde são mais políticas, mais de planeamento e mais de organização do serviço municipal de saúde.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: “Só para terminar a nossa parte, pois esta discussão já vai



longa, faço votos que este Conselho Municipal de Saúde se reúna efetivamente, ao contrário de outros Conselhos Municipais que têm sido criados e não se sabe nada acerca do seu funcionamento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Social Democrata Paulo Martinho Pinto, em cumprimento das disposições emergentes da alínea c) do n.º 1 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, após ter procedido à votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, quatro abstenções, onze votos contra, e um voto em branco, designar o Presidente da Junta de Freguesia de Maiorca, Rui Pedro Pinto Ferreira, para integrar o Conselho Municipal de Saúde do Município da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

3. - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

3.1 - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ PARA A FREGUESIA DE ALHADAS

Pela Vice-Presidente da Câmara foi presente para aprovação a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Alhadadas, o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 54.167,00 € (cinquenta e quatro mil cento e sessenta e sete euros), bem como, a Minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências, documento que aqui se dá por reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Esta proposta de transferência de competências foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 14 de outubro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.---

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: “Neste ponto irei falar sobre todos os pontos relacionados com as transferências de competências do Município para as Freguesias do Concelho.-----

Apesar de já ter feito uma intervenção sobre a mesma temática na anterior sessão



extraordinária, hoje irei tecer mais algumas considerações e colocar mais questões sobre este assunto deveras importante para o Concelho.-----

Nos oito Autos de Transferência apresentados a esta assembleia, podemos ler que de acordo com o n.º 4 do art.º 11.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, nos casos em que as freguesias tenham informado a Direção Geral das Autarquias Locais e o Município que não pretendem o exercício de competências em 2019, o prazo de 90 dias, referido no n.º 1 do art.º 5.º, inicia-se após o prazo referido na alínea b) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Ou seja, no prazo de 90 dias após 30 de junho de 2019, a Câmara Municipal e cada Junta de Freguesia acordam uma proposta para a transferência de recursos para as Freguesias com vista ao exercício das competências previstas no art.º 2.º.-----

Perante o exposto e tendo em conta que até à data desta Assembleia Municipal extraordinária doze das catorze Freguesias aceitaram assinar o respetivo Auto de Transferência de Competências, faltando assim as Freguesias de Alqueidão e Moinhos da Gândara, no caso de não aceitação continuarão em vigor e será celebrado um novo Acordo de Execução de Delegação de Competências?-----

Na última sessão ordinária desta Assembleia foi a votação a manutenção de diversas competências do Município relativamente às Freguesias de Buarcos e São Julião e Tavadere, que incluíam, por exemplo, a gestão e manutenção de espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, gestão do Mercado Municipal Engenheiro Silva e do Mercado Municipal de Buarcos. Existe a possibilidade de reversibilidade destas competências que ficaram na esfera camarária para as Juntas de Freguesia em questão, em anos vindouros?-----

Para terminar, podemos igualmente constatar no último ponto de cada Auto de Transferência de Competências que os mesmos entram em vigor no dia 01 de janeiro de 2020, mas há outra alínea que determina que as deliberações autorizadoras das transferências de recursos são, obrigatoriamente, comunicadas pelo Município à Direção Geral das Autarquias Locais até 30 de junho do ano anterior ao do início do exercício da competência pela Freguesia, para efeitos de inscrição no Orçamento de Estado do ano seguinte. Neste ponto a autarquia não considera que existe incumprimento dos prazos legais?-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Libânia Ribeiro Pires.

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES: “O processo de transferência de competências para as autarquias coloca às costas das autarquias responsabilidades que são do Poder Central, atacando o Poder Local Democrático e pondo em causa a universalidade de



direitos sociais.-----
Relativamente à Saúde, está em curso uma poderosa operação contra o Serviço Nacional de Saúde. Alimentados em grande parte por recursos públicos, os grupos privados da saúde querem continuar a expandir o seu negócio e a aumentar os seus lucros à custa da degradação do Serviço Nacional de Saúde, da captura dos seus profissionais e utentes. Lançaram por isso contra o Serviço Nacional de Saúde a campanha que está em curso a partir de problemas reais que resultam de décadas de falta de investimento, da falta de pessoal, da falta de capacidade de resposta aos utentes. E ao contrário do que se tenta fazer crer, estes problemas aqui relatados também já afetam o Hospital Distrital da Figueira da Foz, e tal é do conhecimento dos diversos responsáveis que tutelam o setor.-----
Exige-se que o Governo tome as medidas necessárias de investimento no Serviço Nacional de Saúde, de contratação de pessoal, de investimento em equipamentos e infraestruturas, mas também as medidas que ponham fim à gula dos grupos privados, à transformação da saúde num negócio e ao seu financiamento com recursos públicos que têm de estar alocados ao Serviço Nacional de Saúde.-----
Na educação a preocupação não é menor. Faltam profissionais e investimentos. Exige-se ao Governo que contrate os trabalhadores em falta, que vincule aqueles que estão em situação de precariedade e faça o investimento necessário nas infraestruturas e nos equipamentos escolares.-----
O Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária estão sim a favor da regionalização.-----
Porque consideramos a regionalização como um elemento importante de aprofundamento da democratização do nosso país.-----
A todos os níveis de poder, das freguesias aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Contudo, a nível regional, continuam a existir múltiplos centros de poder sem legitimidade democrática direta.-----
A instituição das regiões administrativas permitiria coordenar estes diversos centros de poder. Contribuiria para racionalizar os seus meios de intervenção. Poderia dar rosto, através dos responsáveis que viessem a ser eleitos para os órgãos representativos, a poderes muitas vezes invisíveis e que se ocultam na sombra.-----
Entendemos que a regionalização é um vetor importante para o reforço da democracia participada.-----
Aproximaria os serviços públicos dos seus destinatários com a promoção de eleições,



por sufrágio universal, para a designação dos eleitos dos órgãos regionais. Concretizar-se-ia, tão amplamente quanto possível, o conceito de descentralização e seria um importante fator de reforço do desenvolvimento regional.-----

A regionalização teria papel importante na desconcentração do aparelho de Estado e na sua racionalidade. Poderia fazer com que houvesse uma melhor distribuição em todo o território nacional de serviços públicos e de pessoal que aí desempenha funções.-----

É nossa convicção que a regionalização seria um contributo positivo para o reforço da coesão nacional.-----

Estes protocolos de transferência de competências estão, para nós, cravados de indefinições e omissões que colocarão em risco as Freguesias e os cidadãos.-----

Se por um lado o governo tenta retirar às autarquias competências municipais, como a gestão da água, Partido Socialista e Partido Social Democrata entenderam-se para iniciar um processo de transferência de competências do poder central para os municípios. Este processo colocará em causa a coesão de prestação de funções sociais do Estado tal como Saúde, Educação e Segurança Social. Agravará desigualdades entre autarquias locais e poderá conduzir a processos de privatização, como já acontece com algumas funções básicas da autarquia.-----

Num quadro em que os municípios, já hoje, têm dificuldades em cumprir funções básicas, tal como a limpeza urbana, o acréscimo de responsabilidades não colocará em causa a sua sustentabilidade?-----

Um processo sério de descentralização é inseparável da consideração da criação das regiões administrativas, de investimento público e de aposta em serviços públicos de proximidade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Augusto Mateus, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e n.ºs 2 e 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar:-----



- 1 - a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Alhadas;---
- 2 - o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 54.167,00 € (cinquenta e quatro mil cento e sessenta e sete euros);-----
- 3 - a minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Sendo o Partido Social Democrata um partido que desde a primeira hora esteve na linha da frente relativamente à Regionalização e até à transferência de competências para as Freguesias e para os Municípios, cabe-nos, no entanto, colocar uma grande tónica na capacidade que todos temos de ter na vigilância da efetivação desta transferência de competências, nomeadamente, nos competentes envelopes financeiros que as acompanharem, de forma a que as Juntas de Freguesia possam efetivamente executar as competências que agora acabam por receber."-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES apresentou a seguinte declaração de voto: "O processo de transferência de competências para as autarquias coloca às costas das autarquias responsabilidades que são do Poder Central, atacando o Poder Local Democrático e pondo em causa a universalidade de direitos sociais.-----
Relativamente à Saúde, está em curso uma poderosa operação contra o Serviço Nacional de Saúde. Alimentados em grande parte por recursos públicos, os grupos privados da saúde querem continuar a expandir o seu negócio e a aumentar os seus lucros à custa da degradação do Serviço Nacional de Saúde, da captura dos seus profissionais e utentes. Lançaram por isso contra o Serviço Nacional de Saúde a campanha que está em curso a partir de problemas reais que resultam de décadas de falta de investimento, da falta de pessoal, da falta de capacidade de resposta aos utentes. E ao contrário do que se tenta fazer crer, estes problemas aqui relatados também já afetam o Hospital Distrital da Figueira da Foz e tal é do conhecimento dos diversos responsáveis que tutelam o setor.-----
Exige-se que o Governo tome as medidas necessárias de investimento no Serviço Nacional de Saúde, de contratação de pessoal, de investimento em equipamentos e infraestruturas, mas também as medidas que ponham fim à gula dos grupos privados, à transformação da saúde num negócio e ao seu financiamento com recursos públicos que têm de estar alocados ao Serviço Nacional de Saúde.-----



Na educação a preocupação não é menor. Faltam profissionais e investimentos. Exige-se ao Governo que contrate os trabalhadores em falta, que vincule aqueles que estão em situação de precariedade e faça o investimento necessário nas infraestruturas e nos equipamentos escolares.-----

O Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária estão sim a favor da regionalização:-----

Porque consideramos a regionalização como um elemento importante de aprofundamento da democratização do nosso país.-----

A todos os níveis de poder, das freguesias aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Contudo, a nível regional, continuam a existir múltiplos centros de poder sem legitimidade democrática direta.-----

A instituição das regiões administrativas permitiria coordenar estes diversos centros de poder. Contribuiria para racionalizar os seus meios de intervenção. Poderia dar rosto, através dos responsáveis que viessem a ser eleitos para os órgãos representativos, a poderes muitas vezes invisíveis e que se ocultam na sombra.-----

Entendemos que a regionalização é um vetor importante para o reforço da democracia participada.-----

Aproximaria os serviços públicos dos seus destinatários com a promoção de eleições, por sufrágio universal, para a designação dos eleitos dos órgãos regionais. Concretizar-se-ia, tão amplamente quanto possível, o conceito de descentralização e seria um importante fator de reforço do desenvolvimento regional.-----

A regionalização teria papel importante na desconcentração do aparelho de Estado e na sua racionalidade. Poderia fazer com que houvesse uma melhor distribuição em todo o território nacional de serviços públicos e de pessoal que aí desempenha funções.-----

É nossa convicção que a regionalização seria um contributo positivo para o reforço da coesão nacional.-----

Estes protocolos de transferência de competências estão, para nós, cravados de indefinições e omissões e que colocarão em risco as Freguesias e os cidadãos.---

Se por um lado, o governo tenta retirar às autarquias competências municipais, como a gestão da água, Partido Socialista e Partido Social Democrata entenderam-se para iniciar um processo de transferência de competências do poder central para os municípios. Este processo colocará em causa a coesão de prestação de funções sociais do Estado tal como Saúde, Educação e Segurança Social. Agravará



desigualdades entre autarquias locais e poderá conduzir a processos de privatização como já acontece com algumas funções básicas da autarquia.-----
Num quadro em que os municípios, já hoje, têm dificuldades em cumprir funções básicas, tal como a limpeza urbana, o acréscimo de responsabilidades não colocará em causa a sua sustentabilidade?-----
Um processo sério de descentralização é inseparável da consideração da criação das regiões administrativas, de investimento público e de aposta em serviços públicos de proximidade.”-----

**3.2 - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ PARA A FREGUESIA
DE BOM SUCESSO**

Pela Vice-Presidente da Câmara foi presente para aprovação a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Bom Sucesso, o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 46.802,00 € (quarenta e seis mil oitocentos e dois euros), bem como, a Minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências, documento que aqui se dá por reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Esta proposta de transferência de competências foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 14 de outubro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Augusto Mateus, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e n.ºs 2 e 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar:-----

1 - a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos



insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Bom Sucesso;
2 - o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 46.802,00 € (quarenta e seis mil oitocentos e dois euros);-----

3 - a minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Sendo o Partido Social Democrata um partido que desde a primeira hora esteve na linha da frente relativamente à Regionalização e até à transferência de competências para as Freguesias e para os Municípios, cabe-nos, no entanto, colocar uma grande tónica na capacidade que todos temos de ter na vigilância da efetivação desta transferência de competências, nomeadamente, nos competentes envelopes financeiros que as acompanharem, de forma a que as Juntas de Freguesia possam efetivamente executar as competências que agora acabam por receber."-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES apresentou a seguinte declaração de voto: "O processo de transferência de competências para as autarquias coloca às costas das autarquias responsabilidades que são do Poder Central, atacando o Poder Local Democrático e pondo em causa a universalidade de direitos sociais.-----

Relativamente à Saúde, está em curso uma poderosa operação contra o Serviço Nacional de Saúde. Alimentados em grande parte por recursos públicos, os grupos privados da saúde querem continuar a expandir o seu negócio e a aumentar os seus lucros à custa da degradação do Serviço Nacional de Saúde, da captura dos seus profissionais e utentes. Lançaram por isso contra o Serviço Nacional de Saúde a campanha que está em curso a partir de problemas reais que resultam de décadas de falta de investimento, da falta de pessoal, da falta de capacidade de resposta aos utentes. E ao contrário do que se tenta fazer crer, estes problemas aqui relatados também já afetam o Hospital Distrital da Figueira da Foz e tal é do conhecimento dos diversos responsáveis que tutelam o setor.-----

Exige-se que o Governo tome as medidas necessárias de investimento no Serviço Nacional de Saúde, de contratação de pessoal, de investimento em equipamentos e infraestruturas, mas também as medidas que ponham fim à gula dos grupos privados, à transformação da saúde num negócio e ao seu financiamento com recursos públicos que têm de estar alocados ao Serviço Nacional de Saúde.-----

Na educação a preocupação não é menor. Faltam profissionais e investimentos. Exige-se ao Governo que contrate os trabalhadores em falta, que vincule aqueles que



estão em situação de precariedade e faça o investimento necessário nas infraestruturas e nos equipamentos escolares.-----
O Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária estão sim a favor da regionalização:-----
Porque consideramos a regionalização como um elemento importante de aprofundamento da democratização do nosso país.-----
A todos os níveis de poder, das freguesias aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Contudo, a nível regional, continuam a existir múltiplos centros de poder sem legitimidade democrática direta.-----
A instituição das regiões administrativas permitiria coordenar estes diversos centros de poder. Contribuiria para racionalizar os seus meios de intervenção. Poderia dar rosto, através dos responsáveis que viessem a ser eleitos para os órgãos representativos, a poderes muitas vezes invisíveis e que se ocultam na sombra.-----
Entendemos que a regionalização é um vetor importante para o reforço da democracia participada.-----
Aproximaria os serviços públicos dos seus destinatários com a promoção de eleições, por sufrágio universal, para a designação dos eleitos dos órgãos regionais. Concretizar-se-ia, tão amplamente quanto possível, o conceito de descentralização e seria um importante fator de reforço do desenvolvimento regional.-----
A regionalização teria papel importante na desconcentração do aparelho de Estado e na sua racionalidade. Poderia fazer com que houvesse uma melhor distribuição em todo o território nacional de serviços públicos e de pessoal que aí desempenha funções.-----
É nossa convicção que a regionalização seria um contributo positivo para o reforço da coesão nacional.-----
Estes protocolos de transferência de competências estão, para nós, cravados de indefinições e omissões e que colocarão em risco as Freguesias e os cidadãos.---
Se por um lado, o governo tenta retirar às autarquias competências municipais, como a gestão da água, Partido Socialista e Partido Social Democrata entenderam-se para iniciar um processo de transferência de competências do poder central para os municípios. Este processo colocará em causa a coesão de prestação de funções sociais do Estado tal como Saúde, Educação e Segurança Social. Agravará desigualdades entre autarquias locais e poderá conduzir a processos de privatização como já acontece com algumas funções básicas da autarquia.-----



Num quadro em que os municípios, já hoje, têm dificuldades em cumprir funções básicas, tal como a limpeza urbana, o acréscimo de responsabilidades não colocará em causa a sua sustentabilidade?-----

Um processo sério de descentralização é inseparável da consideração da criação das regiões administrativas, de investimento público e de aposta em serviços públicos de proximidade.”-----

3.3 - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ PARA A FREGUESIA DE FERREIRA-A-NOVA

Pela Vice-Presidente da Câmara foi presente para aprovação a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Ferreira-a-Nova, o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 58.755,00 € (cinquenta e oito mil setecentos e cinquenta e cinco euros), bem como, a Minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências, documento que aqui se dá por reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Esta proposta de transferência de competências foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 14 de outubro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Fernandes Domingues.-----

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: “Nós votámos aqui já algumas transferências de competências para as Freguesias anualmente, e esta aqui diz que é ad aeternum, possivelmente.-----

Eu queria saber se as outras ficam incluídas neste sistema, ou se têm de vir aqui novamente. Baralha-me um bocado a forma como isto é explicado juridicamente.”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Tanto os primeiros quatro Autos de Transferência como os oito seguintes, são para perpetuar no tempo.-----

Foi retirado no título a menção ao ano de 2020, porque tratando-se de uma transferência de competências não tem prazo de validade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----



A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Fernando Correia e Lucília Marinho Cunha, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e n.ºs 2 e 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar:-----

1 - a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Ferreira-a-Nova;-----

2 - o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 58.755,00 € (cinquenta e oito mil setecentos e cinquenta e cinco euros);-----

3 - a minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Sendo o Partido Social Democrata um partido que desde a primeira hora esteve na linha da frente relativamente à Regionalização e até à transferência de competências para as Freguesias e para os Municípios, cabe-nos, no entanto, colocar uma grande tónica na capacidade que todos temos de ter na vigilância da efetivação desta transferência de competências, nomeadamente, nos competentes envelopes financeiros que as acompanharem, de forma a que as Juntas de Freguesia possam efetivamente executar as competências que agora acabam por receber."-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES apresentou a seguinte declaração de voto: "O processo de transferência de competências para as autarquias coloca às costas das autarquias responsabilidades que são do Poder Central, atacando o Poder Local Democrático e pondo em causa a universalidade de direitos sociais.-----

Relativamente à Saúde, está em curso uma poderosa operação contra o Serviço Nacional de Saúde. Alimentados em grande parte por recursos públicos, os grupos privados da saúde querem continuar a expandir o seu negócio e a aumentar os seus lucros à custa da degradação do Serviço Nacional de Saúde, da captura dos seus profissionais e utentes. Lançaram por isso contra o Serviço Nacional de Saúde a campanha que está em curso a partir de problemas reais que resultam de décadas de



falta de investimento, da falta de pessoal, da falta de capacidade de resposta aos utentes. E ao contrário do que se tenta fazer crer, estes problemas aqui relatados também já afetam o Hospital Distrital da Figueira da Foz e tal é do conhecimento dos diversos responsáveis que tutelam o setor.-----

Exige-se que o Governo tome as medidas necessárias de investimento no Serviço Nacional de Saúde, de contratação de pessoal, de investimento em equipamentos e infraestruturas, mas também as medidas que ponham fim à gula dos grupos privados, à transformação da saúde num negócio e ao seu financiamento com recursos públicos que têm de estar alocados ao Serviço Nacional de Saúde.-----

Na educação a preocupação não é menor. Faltam profissionais e investimentos. Exige-se ao Governo que contrate os trabalhadores em falta, que vincule aqueles que estão em situação de precariedade e faça o investimento necessário nas infraestruturas e nos equipamentos escolares.-----

O Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária estão sim a favor da regionalização:-----

Porque consideramos a regionalização como um elemento importante de aprofundamento da democratização do nosso país.-----

A todos os níveis de poder, das freguesias aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Contudo, a nível regional, continuam a existir múltiplos centros de poder sem legitimidade democrática direta.-----

A instituição das regiões administrativas permitiria coordenar estes diversos centros de poder. Contribuiria para racionalizar os seus meios de intervenção. Poderia dar rosto, através dos responsáveis que viessem a ser eleitos para os órgãos representativos, a poderes muitas vezes invisíveis e que se ocultam na sombra.-----

Entendemos que a regionalização é um vetor importante para o reforço da democracia participada.-----

Aproximaria os serviços públicos dos seus destinatários com a promoção de eleições, por sufrágio universal, para a designação dos eleitos dos órgãos regionais. Concretizar-se-ia, tão amplamente quanto possível, o conceito de descentralização e seria um importante fator de reforço do desenvolvimento regional.-----

A regionalização teria papel importante na desconcentração do aparelho de Estado e na sua racionalidade. Poderia fazer com que houvesse uma melhor distribuição em todo o território nacional de serviços públicos e de pessoal que aí desempenha funções.-----



É nossa convicção que a regionalização seria um contributo positivo para o reforço da coesão nacional.-----
Estes protocolos de transferência de competências estão, para nós, cravados de indefinições e omissões e que colocarão em risco as Freguesias e os cidadãos.---
Se por um lado, o governo tenta retirar às autarquias competências municipais, como a gestão da água, Partido Socialista e Partido Social Democrata entenderam-se para iniciar um processo de transferência de competências do poder central para os municípios. Este processo colocará em causa a coesão de prestação de funções sociais do Estado tal como Saúde, Educação e Segurança Social. Agravará desigualdades entre autarquias locais e poderá conduzir a processos de privatização como já acontece com algumas funções básicas da autarquia.-----
Num quadro em que os municípios, já hoje, têm dificuldades em cumprir funções básicas, tal como a limpeza urbana, o acréscimo de responsabilidades não colocará em causa a sua sustentabilidade?-----
Um processo sério de descentralização é inseparável da consideração da criação das regiões administrativas, de investimento público e de aposta em serviços públicos de proximidade.”-----

**3.4 - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ PARA A FREGUESIA
DE MAIORCA**

Pela Vice-Presidente da Câmara foi presente para aprovação a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Maiorca, o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 51.475,00 € (cinquenta e um mil quatrocentos e setenta e cinco euros), bem como, a Minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências, documento que aqui se dá por reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Esta proposta de transferência de competências foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 14 de outubro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista



José Fernando Correia e Lucília Marinho Cunha, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e n.ºs 2 e 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar:-----

1 - a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Maiorca;---

2 - o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 51.475,00 € (cinquenta e um mil quatrocentos e setenta e cinco euros);-----

3 - a minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Sendo o Partido Social Democrata um partido que desde a primeira hora esteve na linha da frente relativamente à Regionalização e até à transferência de competências para as Freguesias e para os Municípios, cabe-nos, no entanto, colocar uma grande tónica na capacidade que todos temos de ter na vigilância da efetivação desta transferência de competências, nomeadamente, nos competentes envelopes financeiros que as acompanharem, de forma a que as Juntas de Freguesia possam efetivamente executar as competências que agora acabam por receber."-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES apresentou a seguinte declaração de voto: "O processo de transferência de competências para as autarquias coloca às costas das autarquias responsabilidades que são do Poder Central, atacando o Poder Local Democrático e pondo em causa a universalidade de direitos sociais.-----

Relativamente à Saúde, está em curso uma poderosa operação contra o Serviço Nacional de Saúde. Alimentados em grande parte por recursos públicos, os grupos privados da saúde querem continuar a expandir o seu negócio e a aumentar os seus lucros à custa da degradação do Serviço Nacional de Saúde, da captura dos seus profissionais e utentes. Lançaram por isso contra o Serviço Nacional de Saúde a campanha que está em curso a partir de problemas reais que resultam de décadas de falta de investimento, da falta de pessoal, da falta de capacidade de resposta aos utentes. E ao contrário do que se tenta fazer crer, estes problemas aqui relatados



também já afetam o Hospital Distrital da Figueira da Foz e tal é do conhecimento dos diversos responsáveis que tutelam o setor.-----
Exige-se que o Governo tome as medidas necessárias de investimento no Serviço Nacional de Saúde, de contratação de pessoal, de investimento em equipamentos e infraestruturas, mas também as medidas que ponham fim à gula dos grupos privados, à transformação da saúde num negócio e ao seu financiamento com recursos públicos que têm de estar alocados ao Serviço Nacional de Saúde.-----
Na educação a preocupação não é menor. Faltam profissionais e investimentos. Exige-se ao Governo que contrate os trabalhadores em falta, que vincule aqueles que estão em situação de precariedade e faça o investimento necessário nas infraestruturas e nos equipamentos escolares.-----
O Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária estão sim a favor da regionalização:-----
Porque consideramos a regionalização como um elemento importante de aprofundamento da democratização do nosso país.-----
A todos os níveis de poder, das freguesias aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Contudo, a nível regional, continuam a existir múltiplos centros de poder sem legitimidade democrática direta.-----
A instituição das regiões administrativas permitiria coordenar estes diversos centros de poder. Contribuiria para racionalizar os seus meios de intervenção. Poderia dar rosto, através dos responsáveis que viessem a ser eleitos para os órgãos representativos, a poderes muitas vezes invisíveis e que se ocultam na sombra.-----
Entendemos que a regionalização é um vetor importante para o reforço da democracia participada.-----
Aproximaria os serviços públicos dos seus destinatários com a promoção de eleições, por sufrágio universal, para a designação dos eleitos dos órgãos regionais. Concretizar-se-ia, tão amplamente quanto possível, o conceito de descentralização e seria um importante fator de reforço do desenvolvimento regional.-----
A regionalização teria papel importante na desconcentração do aparelho de Estado e na sua racionalidade. Poderia fazer com que houvesse uma melhor distribuição em todo o território nacional de serviços públicos e de pessoal que aí desempenha funções.-----
É nossa convicção que a regionalização seria um contributo positivo para o reforço da coesão nacional.-----



Estes protocolos de transferência de competências estão, para nós, cravados de indefinições e omissões e que colocarão em risco as Freguesias e os cidadãos.--- Se por um lado, o governo tenta retirar às autarquias competências municipais, como a gestão da água, Partido Socialista e Partido Social Democrata entenderam-se para iniciar um processo de transferência de competências do poder central para os municípios. Este processo colocará em causa a coesão de prestação de funções sociais do Estado tal como Saúde, Educação e Segurança Social. Agravará desigualdades entre autarquias locais e poderá conduzir a processos de privatização como já acontece com algumas funções básicas da autarquia.----- Num quadro em que os municípios, já hoje, têm dificuldades em cumprir funções básicas, tal como a limpeza urbana, o acréscimo de responsabilidades não colocará em causa a sua sustentabilidade?----- Um processo sério de descentralização é inseparável da consideração da criação das regiões administrativas, de investimento público e de aposta em serviços públicos de proximidade."-----

3.5 - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ PARA A FREGUESIA DE QUIAIOS

Pela Vice-Presidente da Câmara foi presente para aprovação a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Quiaios, o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 65.478,00 € (sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e oito euros), bem como, a Minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências, documento que aqui se dá por reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Esta proposta de transferência de competências foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 14 de outubro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Fernando Correia e Lucília Marinho Cunha, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas



do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e n.ºs 2 e 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar:-----

1 - a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Quiaios;---

2 - o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 65.478,00 € (sessenta e cinco mil quatrocentos e setenta e oito euros);-----

3 - a minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Sendo o Partido Social Democrata um partido que desde a primeira hora esteve na linha da frente relativamente à Regionalização e até à transferência de competências para as Freguesias e para os Municípios, cabe-nos, no entanto, colocar uma grande tónica na capacidade que todos temos de ter na vigilância da efetivação desta transferência de competências, nomeadamente, nos competentes envelopes financeiros que as acompanharem, de forma a que as Juntas de Freguesia possam efetivamente executar as competências que agora acabam por receber."-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES apresentou a seguinte declaração de voto: "O processo de transferência de competências para as autarquias coloca às costas das autarquias responsabilidades que são do Poder Central, atacando o Poder Local Democrático e pondo em causa a universalidade de direitos sociais.-----

Relativamente à Saúde, está em curso uma poderosa operação contra o Serviço Nacional de Saúde. Alimentados em grande parte por recursos públicos, os grupos privados da saúde querem continuar a expandir o seu negócio e a aumentar os seus lucros à custa da degradação do Serviço Nacional de Saúde, da captura dos seus profissionais e utentes. Lançaram por isso contra o Serviço Nacional de Saúde a campanha que está em curso a partir de problemas reais que resultam de décadas de falta de investimento, da falta de pessoal, da falta de capacidade de resposta aos utentes. E ao contrário do que se tenta fazer crer, estes problemas aqui relatados também já afetam o Hospital Distrital da Figueira da Foz e tal é do conhecimento dos diversos responsáveis que tutelam o setor.-----



Exige-se que o Governo tome as medidas necessárias de investimento no Serviço Nacional de Saúde, de contratação de pessoal, de investimento em equipamentos e infraestruturas, mas também as medidas que ponham fim à gula dos grupos privados, à transformação da saúde num negócio e ao seu financiamento com recursos públicos que têm de estar alocados ao Serviço Nacional de Saúde.-----

Na educação a preocupação não é menor. Faltam profissionais e investimentos. Exige-se ao Governo que contrate os trabalhadores em falta, que vincule aqueles que estão em situação de precariedade e faça o investimento necessário nas infraestruturas e nos equipamentos escolares.-----

O Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária estão sim a favor da regionalização:-----

Porque consideramos a regionalização como um elemento importante de aprofundamento da democratização do nosso país.-----

A todos os níveis de poder, das freguesias aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Contudo, a nível regional, continuam a existir múltiplos centros de poder sem legitimidade democrática direta.-----

A instituição das regiões administrativas permitiria coordenar estes diversos centros de poder. Contribuiria para racionalizar os seus meios de intervenção. Poderia dar rosto, através dos responsáveis que viessem a ser eleitos para os órgãos representativos, a poderes muitas vezes invisíveis e que se ocultam na sombra.-----

Entendemos que a regionalização é um vetor importante para o reforço da democracia participada.-----

Aproximaria os serviços públicos dos seus destinatários com a promoção de eleições, por sufrágio universal, para a designação dos eleitos dos órgãos regionais. Concretizar-se-ia, tão amplamente quanto possível, o conceito de descentralização e seria um importante fator de reforço do desenvolvimento regional.-----

A regionalização teria papel importante na desconcentração do aparelho de Estado e na sua racionalidade. Poderia fazer com que houvesse uma melhor distribuição em todo o território nacional de serviços públicos e de pessoal que aí desempenha funções.-----

É nossa convicção que a regionalização seria um contributo positivo para o reforço da coesão nacional.-----

Estes protocolos de transferência de competências estão, para nós, cravados de indefinições e omissões e que colocarão em risco as Freguesias e os cidadãos.---



Se por um lado, o governo tenta retirar às autarquias competências municipais, como a gestão da água, Partido Socialista e Partido Social Democrata entenderam-se para iniciar um processo de transferência de competências do poder central para os municípios. Este processo colocará em causa a coesão de prestação de funções sociais do Estado tal como Saúde, Educação e Segurança Social. Agravará desigualdades entre autarquias locais e poderá conduzir a processos de privatização como já acontece com algumas funções básicas da autarquia.-----

Num quadro em que os municípios, já hoje, têm dificuldades em cumprir funções básicas, tal como a limpeza urbana, o acréscimo de responsabilidades não colocará em causa a sua sustentabilidade?-----

Um processo sério de descentralização é inseparável da consideração da criação das regiões administrativas, de investimento público e de aposta em serviços públicos de proximidade.”-----

3.6 - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ PARA A FREGUESIA DE SÃO PEDRO

Pela Vice-Presidente da Câmara foi presente para aprovação a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de São Pedro, o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 55.561,00 € (cinquenta e cinco mil quinhentos e sessenta e um euros), bem como, a Minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências, documento que aqui se dá por reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Esta proposta de transferência de competências foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 14 de outubro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Fernando Correia e Lucília Marinho Cunha, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e n.ºs 2 e 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, deliberou, por maioria, com trinta e seis



votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar:-----

1 - a transferência de competências previstas nas alíneas a) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de São Pedro; -

2 - o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 55.561,00 € (cinquenta e cinco mil quinhentos e sessenta e um euros);-----

3 - a minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Sendo o Partido Social Democrata um partido que desde a primeira hora esteve na linha da frente relativamente à Regionalização e até à transferência de competências para as Freguesias e para os Municípios, cabe-nos, no entanto, colocar uma grande tónica na capacidade que todos temos de ter na vigilância da efetivação desta transferência de competências, nomeadamente, nos competentes envelopes financeiros que as acompanharem, de forma a que as Juntas de Freguesia possam efetivamente executar as competências que agora acabam por receber."-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES apresentou a seguinte declaração de voto: "O processo de transferência de competências para as autarquias coloca às costas das autarquias responsabilidades que são do Poder Central, atacando o Poder Local Democrático e pondo em causa a universalidade de direitos sociais.-----

Relativamente à Saúde, está em curso uma poderosa operação contra o Serviço Nacional de Saúde. Alimentados em grande parte por recursos públicos, os grupos privados da saúde querem continuar a expandir o seu negócio e a aumentar os seus lucros à custa da degradação do Serviço Nacional de Saúde, da captura dos seus profissionais e utentes. Lançaram por isso contra o Serviço Nacional de Saúde a campanha que está em curso a partir de problemas reais que resultam de décadas de falta de investimento, da falta de pessoal, da falta de capacidade de resposta aos utentes. E ao contrário do que se tenta fazer crer, estes problemas aqui relatados também já afetam o Hospital Distrital da Figueira da Foz e tal é do conhecimento dos diversos responsáveis que tutelam o setor.-----

Exige-se que o Governo tome as medidas necessárias de investimento no Serviço Nacional de Saúde, de contratação de pessoal, de investimento em equipamentos e



infraestruturas, mas também as medidas que ponham fim à gula dos grupos privados, à transformação da saúde num negócio e ao seu financiamento com recursos públicos que têm de estar alocados ao Serviço Nacional de Saúde.-----

Na educação a preocupação não é menor. Faltam profissionais e investimentos. Exige-se ao Governo que contrate os trabalhadores em falta, que vincule aqueles que estão em situação de precariedade e faça o investimento necessário nas infraestruturas e nos equipamentos escolares.-----

O Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária estão sim a favor da regionalização:-----

Porque consideramos a regionalização como um elemento importante de aprofundamento da democratização do nosso país.-----

A todos os níveis de poder, das freguesias aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Contudo, a nível regional, continuam a existir múltiplos centros de poder sem legitimidade democrática direta.-----

A instituição das regiões administrativas permitiria coordenar estes diversos centros de poder. Contribuiria para racionalizar os seus meios de intervenção. Poderia dar rosto, através dos responsáveis que viessem a ser eleitos para os órgãos representativos, a poderes muitas vezes invisíveis e que se ocultam na sombra.-----

Entendemos que a regionalização é um vetor importante para o reforço da democracia participada.-----

Aproximaria os serviços públicos dos seus destinatários com a promoção de eleições, por sufrágio universal, para a designação dos eleitos dos órgãos regionais. Concretizar-se-ia, tão amplamente quanto possível, o conceito de descentralização e seria um importante fator de reforço do desenvolvimento regional.-----

A regionalização teria papel importante na desconcentração do aparelho de Estado e na sua racionalidade. Poderia fazer com que houvesse uma melhor distribuição em todo o território nacional de serviços públicos e de pessoal que aí desempenha funções.-----

É nossa convicção que a regionalização seria um contributo positivo para o reforço da coesão nacional.-----

Estes protocolos de transferência de competências estão, para nós, cravados de indefinições e omissões e que colocarão em risco as Freguesias e os cidadãos.---

Se por um lado, o governo tenta retirar às autarquias competências municipais, como a gestão da água, Partido Socialista e Partido Social Democrata entenderam-



se para iniciar um processo de transferência de competências do poder central para os municípios. Este processo colocará em causa a coesão de prestação de funções sociais do Estado tal como Saúde, Educação e Segurança Social. Agravará desigualdades entre autarquias locais e poderá conduzir a processos de privatização como já acontece com algumas funções básicas da autarquia.-----

Num quadro em que os municípios, já hoje, têm dificuldades em cumprir funções básicas, tal como a limpeza urbana, o acréscimo de responsabilidades não colocará em causa a sua sustentabilidade?-----

Um processo sério de descentralização é inseparável da consideração da criação das regiões administrativas, de investimento público e de aposta em serviços públicos de proximidade.”-----

**3.7 - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ PARA A FREGUESIA
DE BUARCOS E SÃO JULIÃO**

Pela Vice-Presidente da Câmara foi presente para aprovação a transferência de competências previstas nas alíneas b) a f) e i) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Buarcos e São Julião, o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 31.930,00 € (trinta e um mil novecentos e trinta euros), bem como, a Minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências, documento que aqui se dá por reproduzido, constituindo o anexo número sete à presente ata.-----

Esta proposta de transferência de competências foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 14 de outubro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista José Fernando Correia e Lucília Marinho Cunha, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e n.ºs 2 e 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções,



e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar: -----
1 - a transferência de competências previstas nas alíneas b) a f) e i) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Buarcos e São Julião, que se elencam: -----

- A limpeza de algumas vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; -----
- A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão; -----
- A gestão e manutenção corrente de feiras; -----
- A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; -----
- A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; -----
- A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão; -----
- A autorização da colocação de recintos improvisados; -----
- A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição; -----
- A autorização da realização de acampamentos ocasionais; -----
- A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas. -----

2 - o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 31.930,00 € (trinta e um mil novecentos e trinta euros); -----

3 - a minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências. -----
Deliberação aprovada em minuta. -----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Sendo o Partido Social Democrata um partido que desde a primeira hora esteve na linha da frente relativamente à Regionalização e até à transferência de competências para as Freguesias e para os Municípios, cabe-nos, no entanto, colocar uma grande tónica na capacidade que todos temos de ter na vigilância da efetivação desta transferência de competências, nomeadamente, nos competentes envelopes financeiros que as acompanharem, de forma a que as Juntas de Freguesia possam efetivamente executar as competências que agora acabam por receber." -----



LIBÂNIA RIBEIRO PIRES apresentou a seguinte declaração de voto: "O processo de transferência de competências para as autarquias coloca às costas das autarquias responsabilidades que são do Poder Central, atacando o Poder Local Democrático e pondo em causa a universalidade de direitos sociais.-----
Relativamente à Saúde, está em curso uma poderosa operação contra o Serviço Nacional de Saúde. Alimentados em grande parte por recursos públicos, os grupos privados da saúde querem continuar a expandir o seu negócio e a aumentar os seus lucros à custa da degradação do Serviço Nacional de Saúde, da captura dos seus profissionais e utentes. Lançaram por isso contra o Serviço Nacional de Saúde a campanha que está em curso a partir de problemas reais que resultam de décadas de falta de investimento, da falta de pessoal, da falta de capacidade de resposta aos utentes. E ao contrário do que se tenta fazer crer, estes problemas aqui relatados também já afetam o Hospital Distrital da Figueira da Foz e tal é do conhecimento dos diversos responsáveis que tutelam o setor.-----
Exige-se que o Governo tome as medidas necessárias de investimento no Serviço Nacional de Saúde, de contratação de pessoal, de investimento em equipamentos e infraestruturas, mas também as medidas que ponham fim à gula dos grupos privados, à transformação da saúde num negócio e ao seu financiamento com recursos públicos que têm de estar alocados ao Serviço Nacional de Saúde.-----
Na educação a preocupação não é menor. Faltam profissionais e investimentos. Exige-se ao Governo que contrate os trabalhadores em falta, que vincule aqueles que estão em situação de precariedade e faça o investimento necessário nas infraestruturas e nos equipamentos escolares.-----
O Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária estão sim a favor da regionalização:-----
Porque consideramos a regionalização como um elemento importante de aprofundamento da democratização do nosso país.-----
A todos os níveis de poder, das freguesias aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Contudo, a nível regional, continuam a existir múltiplos centros de poder sem legitimidade democrática direta.-----
A instituição das regiões administrativas permitiria coordenar estes diversos centros de poder. Contribuiria para racionalizar os seus meios de intervenção. Poderia dar rosto, através dos responsáveis que viessem a ser eleitos para os órgãos representativos, a poderes muitas vezes invisíveis e que se ocultam na sombra.-----



Entendemos que a regionalização é um vetor importante para o reforço da democracia participada.-----

Aproximaria os serviços públicos dos seus destinatários com a promoção de eleições, por sufrágio universal, para a designação dos eleitos dos órgãos regionais. Concretizar-se-ia, tão amplamente quanto possível, o conceito de descentralização e seria um importante fator de reforço do desenvolvimento regional.-----

A regionalização teria papel importante na desconcentração do aparelho de Estado e na sua racionalidade. Poderia fazer com que houvesse uma melhor distribuição em todo o território nacional de serviços públicos e de pessoal que aí desempenha funções.-----

É nossa convicção que a regionalização seria um contributo positivo para o reforço da coesão nacional.-----

Estes protocolos de transferência de competências estão, para nós, cravados de indefinições e omissões e que colocarão em risco as Freguesias e os cidadãos.---

Se por um lado, o governo tenta retirar às autarquias competências municipais, como a gestão da água, Partido Socialista e Partido Social Democrata entenderam-se para iniciar um processo de transferência de competências do poder central para os municípios. Este processo colocará em causa a coesão de prestação de funções sociais do Estado tal como Saúde, Educação e Segurança Social. Agravará desigualdades entre autarquias locais e poderá conduzir a processos de privatização como já acontece com algumas funções básicas da autarquia.-----

Num quadro em que os municípios, já hoje, têm dificuldades em cumprir funções básicas, tal como a limpeza urbana, o acréscimo de responsabilidades não colocará em causa a sua sustentabilidade?-----

Um processo sério de descentralização é inseparável da consideração da criação das regiões administrativas, de investimento público e de aposta em serviços públicos de proximidade."-----

**3.8 - DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ PARA A FREGUESIA
DE TAVAREDE**

Pela Vice-Presidente da Câmara foi presente para aprovação a transferência de competências previstas nas alíneas b) a f) e i) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Tavarede, o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício



das competências transferidas, no valor de 62.715,00 € (sessenta e dois mil setecentos e quinze euros), bem como, a Minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências, documento que aqui se dá por reproduzido, constituindo o anexo número oito à presente ata.-----

Esta proposta de transferência de competências foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 14 de outubro de 2019.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Achamos estranho que nesta votação de todas estas transferências de competências, até à última não haja uma única freguesia que tenha algum reparo ou receio, seja ele qual for, ou então têm-nos, mas não querem partilhar com os elementos da Assembleia. Municipal.-----
Eu estou a dizer isto no ponto referente à Freguesia de Tavarede, mas não é por ser Tavarede, é por ser o último."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Eu tenho na nossa Assembleia de Freguesia um representante da Coligação Democrática Unitária, e certamente ele deve ter feito chegar a quem de direito, a quem ele representa, o texto sobre o qual foi feita esta votação. - Portanto, a Coligação Democrática Unitária conhece o teor e o conteúdo daquilo que foi dito pelo Presidente e pelo executivo de Tavarede relativamente a estas votações.-----

Aliás, também achei um pouco estranho que a Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal tivesse votado contra, pois na minha Assembleia de Freguesia o seu representante votou a favor. Também não sei se há consonância ou dissonância, ou algum desajuste, estou apenas a constatar.-----

Ponderamos devidamente as coisas, por isso não aceitamos em 2019 e esperamos por 2020, para aos poucos irmos negociando. Posso dizer que o tema mais delicado teve a ver com as queimadas e material pirotécnico, e tivemos muito cuidado em aceitá-lo nos termos em que estava. Viemos à Câmara Municipal para debater e esclarecer muito bem esta matéria.-----

Quanto ao resto a minha intervenção está em ata da Assembleia de Freguesia, onde eu referi termos muitos cuidados, mas não termos razão para não aceitar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----



MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "É verdade que toda a gente tem receios, é verdade que alguns não os sei, é verdade que não chegaram mim. Por exemplo, não sei dos receios da Assembleia de Freguesia de Marinha das Ondas, não sei dos de Alqueidão e de tantos outros sítios onde nós não temos representantes eleitos.-----
Nós Partido Comunista Português, porque a Coligação Democrática Unitária é uma coisa muito mais abrangente, e por isso há coisas que não chegam em devido tempo porque não somos todos de Partido Comunista Português, como os senhores sabem, temos grandes preocupações relativamente a isto mesmo dentro das freguesias. Porque há freguesias do nosso Concelho com mais capacidade do que outras. E os cidadãos destas freguesias, que até têm menos capacidade, vão ser tratados de igual forma como os outros?-----

Não é, porque nós queiramos ou quem está à frente das coisas queira mais a uns do que a outros. Não é isso! É a forma como este processo está a ser estruturado que nos deixa grandes dúvidas e preocupações de que a população vai ser tratada de igual maneira. E deixamos aqui a nossa profunda preocupação relativamente a todo este processo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia. -

NUNO MELO BISCAIA: "Queria fazer apenas dois reparos na sequência da intervenção da deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

O Município vai acompanhar e fiscalizar regularmente este processo de transferência de competências para as Freguesias e a ação da Junta, nomeadamente, em termos de execução das funções que lhe foram delegadas, com uma equipa multidisciplinar. Isso está previsto nos próprios Autos de Transferência de Competências.-----

Ora bem, temos de ter confiança em todos os Presidentes de Junta de Freguesia sem exceção, qualquer que seja o seu partido e ideologia partidária.-----

Se nos chega uma deliberação de uma Junta de Freguesia aprovada, por maioria ou por unanimidade, e colocamos em causa se ela foi votada de forma leviana, ou que o executivo da junta ou a Assembleia de Freguesia não sabiam o que estavam a votar, então nesse caso e em nosso entendimento, estamos a fazer uma ingerência num órgão autónomo local, distinto e soberano.-----

De todo o modo, porque sabemos que isto é um processo evolutivo, e de dia para dia, de mês para mês, e de ano para ano se vai alterando, todas as Freguesias se comprometem a enviar relatórios. E mais, os recursos previstos nestes Autos de Transferência podem ser alterados sempre por acordo das partes.-----

Portanto, estou certo de que todos os Presidentes de Junta irão fazer essa reflexão



semestralmente e anualmente, e isto é um processo que se irá adaptando consoante as suas necessidades. Como diz o poeta «o caminho faz-se caminhando», por isso, não vale a pena tecer já juízos de valor sobre se as Juntas de Freguesia fizeram mal ou bem, temos é de depositar confiança naquilo que aqueles autarcas e as suas assembleias de freguesia, enquanto órgãos autárquicos, deliberaram.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: “Porque temos dúvidas relativamente às pequenas reparações, gostaria de colocar uma questão. Nestas pequenas reparações nas escolas fala-se de cobertura do edifício e substituição de telhas partidas.----- Imaginemos uma escola com todas as telhas partidas: existe um valor afeto àquela Junta de Freguesia para as pequenas reparações, mas a verba não vai chegar para os custos das telhas todas. Numa situação destas como se processa? A escola vai esperar, com as telhas todas partidas, até haver outra Assembleia Municipal para se votar uma alteração ao Auto de Transferência? É a Câmara Municipal que assume a reposição das telhas? São as entidades da Educação a assumir isso?----- Não encontrámos resposta, nem na lei que procede à transferência nem nos Autos da mesma, daí a nossa preocupação.-----

E quem diz uma telha, diz, por exemplo, um qualquer equipamento de uma escola, inerente às refeições dos meninos ou a mantê-los quentes.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: “Eu e todos os meus colegas, Presidentes de Junta de Freguesia, estamos também expectantes.-----

Ouvi de manhã o camarada Jerónimo de Sousa e parte dos ideais por ele defendidos não são exclusivos do Partido Comunista Português. Mas voltando à ideia da sua intervenção de hoje, e que me apraz e aí estou completamente no barco dele, não sou um homem de memórias sou um homem de projetos.-----

Portanto, avançar com esta descentralização, como forma de passar as competências para os Municípios e destes para as Freguesias, é um velho sonho de se chegar ao contacto direto com os munícipes, que nós já o temos, mas de uma forma ainda melhor e muito mais rápida. Esta é a ideia do projeto que nos anima.-----

E relativamente à questão suscitada pela deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, sobre os pequenos arranjos há um ponto no Auto de Transferência que diz que os trabalhos mais complexos serão todos apoiados pela Câmara Municipal.-----



Fazer a limpeza de esgotos, limpar um telhado ou substituir um vidro (e eu levantei esta questão por causa do Centro Escolar de São Julião/Tavarede, cujos vidros orçam cerca de 1.000 euros, e se se partissem dois ou três teríamos ali um problema) foram questões debatidas. Por isso, aparece uma menção a dizer que se as despesas ascenderem a mais 100 euros, a Junta de Freguesia já não tem essa responsabilidade e o ónus passará para a Câmara Municipal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Da forma como este processo decorreu estranharia eu que existissem aqui algumas questões.-----

Houve um conjunto de reuniões com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, numa primeira fase individualmente, mas numa segunda fase com todos, onde foram apresentados os critérios e debatido o documento.-----

Foi dada total liberdade, mas compreendemos os Presidentes de Junta de Freguesia que quiseram assumir logo no último trimestre de 2019, aqueles que quiseram iniciar em 2020, e aqueles que achavam precisar de um tempo para se adaptar para iniciar em 2021.-----

Portanto, o processo decorreu com toda a normalidade e com todo o diálogo. O espírito foi sempre o de colocar mais meios nas autarquias mais próximas das populações, criar condições a que essas autarquias pudessem contratar mais recursos humanos, internalizado mais serviços, e fixando e criando mais postos de trabalho. Fundamentalmente, o documento foi trabalhado ponto a ponto, tendo um critério unificador em termos de atribuição desse valor, critério esse com parâmetros com os quais podemos ou não concordar, mas que foram estabelecidos com os Presidentes de Junta, e que tiveram em consideração a área e a população. E criamos ainda um outro parâmetro, que é o fator de solidariedade, para as Juntas de Freguesia que têm menos Fundo de Equilíbrio Financeiro poderem ter um reforço por parte da Câmara Municipal. Praticamente duplicamos o apoio, e hoje, ele é 74% do Fundo de Equilíbrio Financeiro.-----

A ideia foi dotar as Freguesias de meios e de recursos, percebendo que alguns casos podem ser mais complexos. O Presidente da Junta de Freguesia de Tavarede referiu a situação dos vidros, mas está expresso no n.º 3 da cláusula 6.ª que relativamente aos estabelecimentos de educação do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, nas situações em que as pequenas reparações se verifiquem complexas, o Município realizará o necessário apoio.-----

Portanto, pode haver uma pequena reparação, mas ser complexa, porque obriga a um



conjunto de meios que normalmente as juntas não tem à sua disposição, e aí a Câmara Municipal assumirá o arranjo.-----

Sendo este um documento, que se pretende ao longo do tempo, tem previsto nos seus prontos que será adaptado, corrigido e alterado, consoante aquilo que cada Presidente de Junta ou todos de per si considerarem que deva ser feito.-----

A preocupação quer da Câmara Municipal, quer os Presidentes de Junta, foi prestar o melhor serviço às populações das Freguesias, por isso, não estranho que não tenha havido oposição praticamente nenhuma, mesmo ao nível das Assembleias de Freguesia."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Fernandes Domingues.--

MANUEL FERNANDES DOMINGUES: "No meu entender, a Câmara Municipal não cumpre minimamente as regras estabelecidas na lei para a ocupação da via pública. Não há qualquer controlo de como é feita a ocupação da via pública, e a Câmara tem serviços para poder controlar isso.-----

E a maior parte das ocupações de via pública que se veem por aí, são todas menos legais na sua essência da lei.-----

A ocupação da via pública não é conceder apenas uma autorização, é mais do que isso.-----

Eu gostava de saber como é que depois as Juntas de Freguesia vão ter capacidade para fiscalizar as ocupações de via pública."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Uma ocupação de via pública terá de cumprir os regulamentos municipais em vigor, e isso está previsto nos Autos de Transferência.-----

Temos consciência que há Freguesias com um único trabalhador e a meio tempo, outras terão mais recursos humanos, mas nenhuma delas tem um economista, um fiscal, ou um jurista, porque os seus recursos financeiros não chegariam para lhes pagar.--

Por isso, numa perspetiva de apoio e adaptação, foi constituída uma equipa com trabalhadores da Câmara para dar todo o apoio aos Presidentes de Junta de Freguesia. Essa equipa multidisciplinar é liderada pela Dr.^a Sofia Canas e integra técnicos de urbanismo, higiene e segurança, contratação pública, finanças, jurídico, obras municipais, etc., para apoiar e prestar os devidos esclarecimentos às Juntas.---

E o espaço público nas Freguesias de Buarcos e São Julião e de Tavadrede foi avocado por nós, de comum acordo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de



imediatamente à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista Luis Mendes Ribeiro, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do art.º 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e n.ºs 2 e 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar:-----

1 - a transferência de competências previstas nas alíneas b) a f) e i) a m) do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, com os condicionalismos insertos no n.º 2 do artigo e diploma invocados, para a Freguesia de Tavarede, que se elencam:-----

- A limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;-----
- A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;-----
- A gestão e manutenção corrente de feiras;-----
- A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;-----
- A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;-----
- A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;-----
- A autorização da colocação de recintos improvisados;-----
- A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;-----
- A autorização da realização de acampamentos ocasionais;-----
- A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas.-----

2 - o montante global por ano a transferir pela Direção Geral da Administração Local para o exercício das competências transferidas, no valor de 62.715,00 € (sessenta e dois mil setecentos e quinze euros);-----

3 - a minuta do respetivo Auto de Transferência de Competências.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----



TEOTÓNIO JESUS CAVACO apresentou a seguinte declaração de voto: "Sendo o Partido Social Democrata um partido que desde a primeira hora esteve na linha da frente relativamente à Regionalização e até à transferência de competências para as Freguesias e para os Municípios, cabe-nos, no entanto, colocar uma grande tónica na capacidade que todos temos de ter na vigilância da efetivação desta transferência de competências, nomeadamente, nos competentes envelopes financeiros que as acompanharem, de forma a que as Juntas de Freguesia possam efetivamente executar as competências que agora acabam por receber."-----

LIBÂNIA RIBEIRO PIRES apresentou a seguinte declaração de voto: "O processo de transferência de competências para as autarquias coloca às costas das autarquias responsabilidades que são do Poder Central, atacando o Poder Local Democrático e pondo em causa a universalidade de direitos sociais."-----

Relativamente à Saúde, está em curso uma poderosa operação contra o Serviço Nacional de Saúde. Alimentados em grande parte por recursos públicos, os grupos privados da saúde querem continuar a expandir o seu negócio e a aumentar os seus lucros à custa da degradação do Serviço Nacional de Saúde, da captura dos seus profissionais e utentes. Lançaram por isso contra o Serviço Nacional de Saúde a campanha que está em curso a partir de problemas reais que resultam de décadas de falta de investimento, da falta de pessoal, da falta de capacidade de resposta aos utentes. E ao contrário do que se tenta fazer crer, estes problemas aqui relatados também já afetam o Hospital Distrital da Figueira da Foz e tal é do conhecimento dos diversos responsáveis que tutelam o setor."-----

Exige-se que o Governo tome as medidas necessárias de investimento no Serviço Nacional de Saúde, de contratação de pessoal, de investimento em equipamentos e infraestruturas, mas também as medidas que ponham fim à gula dos grupos privados, à transformação da saúde num negócio e ao seu financiamento com recursos públicos que têm de estar alocados ao Serviço Nacional de Saúde."-----

Na educação a preocupação não é menor. Faltam profissionais e investimentos. Exige-se ao Governo que contrate os trabalhadores em falta, que vincule aqueles que estão em situação de precariedade e faça o investimento necessário nas infraestruturas e nos equipamentos escolares."-----

O Partido Comunista Português e a Coligação Democrática Unitária estão sim a favor da regionalização:-----

Porque consideramos a regionalização como um elemento importante de aprofundamento da democratização do nosso país."-----



A todos os níveis de poder, das freguesias aos órgãos de soberania, existem órgãos democraticamente eleitos. Contudo, a nível regional, continuam a existir múltiplos centros de poder sem legitimidade democrática direta.-----

A instituição das regiões administrativas permitiria coordenar estes diversos centros de poder. Contribuiria para racionalizar os seus meios de intervenção. Poderia dar rosto, através dos responsáveis que viessem a ser eleitos para os órgãos representativos, a poderes muitas vezes invisíveis e que se ocultam na sombra.-----

Entendemos que a regionalização é um vetor importante para o reforço da democracia participada.-----

Aproximaria os serviços públicos dos seus destinatários com a promoção de eleições, por sufrágio universal, para a designação dos eleitos dos órgãos regionais. Concretizar-se-ia, tão amplamente quanto possível, o conceito de descentralização e seria um importante fator de reforço do desenvolvimento regional.-----

A regionalização teria papel importante na desconcentração do aparelho de Estado e na sua racionalidade. Poderia fazer com que houvesse uma melhor distribuição em todo o território nacional de serviços públicos e de pessoal que aí desempenha funções.-----

É nossa convicção que a regionalização seria um contributo positivo para o reforço da coesão nacional.-----

Estes protocolos de transferência de competências estão, para nós, cravados de indefinições e omissões e que colocarão em risco as Freguesias e os cidadãos.---

Se por um lado, o governo tenta retirar às autarquias competências municipais, como a gestão da água, Partido Socialista e Partido Social Democrata entenderam-se para iniciar um processo de transferência de competências do poder central para os municípios. Este processo colocará em causa a coesão de prestação de funções sociais do Estado tal como Saúde, Educação e Segurança Social. Agravará desigualdades entre autarquias locais e poderá conduzir a processos de privatização como já acontece com algumas funções básicas da autarquia.-----

Num quadro em que os municípios, já hoje, têm dificuldades em cumprir funções básicas, tal como a limpeza urbana, o acréscimo de responsabilidades não colocará em causa a sua sustentabilidade?-----

Um processo sério de descentralização é inseparável da consideração da criação das regiões administrativas, de investimento público e de aposta em serviços públicos de proximidade."-----



3.9- 6.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2019

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 6.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número nove à presente ata.-----
Esta revisão tem subjacente a inscrição das ações «Estádio Municipal José Bento Pessoa e Campo de treinos - Requalificação da Pista de Atletismo» e «Smart IP - Vila Verde (Projeto Piloto)».

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 14 de outubro de 2019.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Christopher Maia Oliveira.

CHRISTOPHER MAIA OLIVEIRA: "Neste ponto da 6.ª Revisão das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019, podemos constatar que a mesma tem subjacente dois pontos estruturais.

Um deles centra-se na requalificação da Pista de Atletismo do Estádio Municipal José Bento Pessoa, e o outro no projeto-piloto Smart IP - Vila Verde.

Pergunto - qual a previsão para o início da empreitada de requalificação da Pista de Atletismo do Estádio Municipal José Bento Pessoa? E qual será o seu prazo de duração? Existe, em cima da mesa, a possibilidade de celebração de protocolos para a utilização da Pista de Atletismo do Estádio Municipal, entre o Município da Figueira da Foz e os diversos clubes/associações desportivas?

Em que consiste o projeto-piloto Smart IP - Vila Verde? Quais os objetivos principais que visa atingir?"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Estamos a discutir um ponto que é a pura demonstração da má gestão socialista desta Câmara Municipal.

Não vou falar da questão de esta ser a sexta!!! Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019!

Quero sim dizer é que esta revisão só surge porque V. Ex.ªs não souberam cuidar do património municipal.

Senão vejamos, a Câmara Municipal entregou o Estádio Municipal José Bento Pessoa aos cuidados de uma instituição, que por variados motivos que não importa, neste momento, especificar, não cuidou, estimou, este património municipal, e V. Ex.ªs tendo conhecimento de tal facto, pura e simplesmente fizeram vista grossa, abandonando tal património.



Foram deixando-o degradar, deixando-o num ponto que agora são obrigados a investir um enorme capital financeiro na sua recuperação que podia ter sido perfeitamente evitado e investido noutros locais, como por exemplo no Campo de São Pedro, demonstram assim como se gere mal o património municipal!-----
Não contentes com a má gestão, ainda tomam uma má decisão política ao escolherem um relvado sintético, que de harmonia com os Regulamentos da Liga irá impedir a realização de jogos da 1.ª Liga naquele Estádio e fará que o mesmo não seja escolhido para eventuais estágios de clubes de futebol de Portugal e de outros países, o que poderia ser um cartaz turístico e projetar o nome da nossa cidade pelo mundo.-----
Ou seja, decisão política de quem não pensa mais longe e que só quer fazer de construtor, mas sem acabar as obras, pois estão todas suspensas como é inclusive o caso do Estádio Municipal.-----
Assim podemos concluir que o Senhor Presidente Dr. Carlos Monteiro quer transformar a Figueira da Foz na cidade turística do estaleiro ou a cidade das obras incompletas.-----
Não conte com os eleitos do Partido Social Democrata para este seu desiderato.”-
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Diogo Miragaia Lima.
DIOGO MIRAGAIA LIMA: “Fiquei de todo surpreendido com a intervenção do deputado municipal Manuel Rascão Marques sobre o Estádio Municipal José Bento Pessoa, quando referiu ser prejudicial e não olhar para o futuro a alteração do relvado para sintético.-----
Aconselharia o deputado municipal a olhar mais para o presente, porque, neste momento, a Figueira da Foz precisa deste relvado sintético para o desporto municipal, para poder acorrer a todas os clubes e associações em termos desportivos, porque, como sabe, o nosso sintético municipal está sobrecarregado em termos de utilização. A Naval 1.º de Maio, o Ginásio, a Chã, o desporto municipal, todos eles todos os dias, alguns de manhã até final da noite, e com horários reduzidos mediante a sua excessiva utilização.-----
Este sintético vem dar mais uma alternativa aos jovens figueirenses, como o sintético de São Pedro também irá dar, como já está a dar o de Lavos, e como vi há pouco uma notícia que vai haver a recuperação também do Campo do Bom sucesso. Um relvado natural, não sei se têm noção das condições e de quanta utilização pode ter, mas nós não precisamos de um Campo para ter uma das utilizações diárias ou semanais, mas sim, de um campo que socorra todos os jovens, e não só do nosso



Município, todos os dias para a prática desportiva.-----
Portanto, só tenho a saudar mais uma vez esta grande atitude deste Município em avançar para o relvado sintético, e também em apoiar o atletismo local com a construção de um piso de tartan.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Augusto Mateus.-----

JOSÉ AUGUSTO MATEUS: “A manutenção de um relvado natural é muito dispendiosa.---
Eu dou o exemplo do Boavista, que enquanto andou nas distritais e quando desceu com aqueles problemas de secretaria teve sempre relvado sintético, e só instalou relvado quando subiu à 1.ª Divisão.-----

Acho que a melhor alternativa para o Estádio Municipal José Bento Pessoa é aquilo que o Presidente da Câmara fez - relvado sintético, o qual vai ajudar a dar melhores condições aos jovens e aos vários clubes da cidade, tanto no futebol de 11 como no de 7.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Matias Tavares.

JOSÉ MATIAS TAVARES: “Há provas internacionais da UEFA da FIFA, como temos visto na televisão, cujos relvados também são sintéticos, ao ponto de a própria Seleção Portuguesa ter apontado dificuldade em jogar.-----

Para as provas nacionais, creio que não será problema, portanto, concordo plenamente com o sintético.-----

Apelo à sensibilidade do Presidente da Câmara, pois em Buarcos também precisaríamos de um sintético, porque ficámos sem o campo de futebol onde agora é a Foz Village. Não é uma exigência dos Buarcosenses, é tão só um apelo e recomendação para, quando for possível, nos construir um sintético.-----

Antigamente, a população praticava desporto em Buarcos e, agora, têm de se deslocar mais para esta zona, para além do que temos ali uma zona escolar bastante densa, Escola Infante D. Pedro, Escola do Castelo, etc., e era fantástico terem um sintético.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.

ISABEL GASPAR SOUSA: “Relativamente à questão desportiva da Figueira da Foz e dos equipamentos que temos disponíveis, é sabido e penso que só não vê quem não quer, que a qualidade é bastante inferior a outras cidades congéneres, ou mesmo a determinadas vilas muito próximas.-----

Como mãe acompanhei os meus filhos durante muitos anos e, na verdade, surpreendi-me noutros Concelhos e noutras cidades, com equipamentos desportivos completamente majestosos e com bancadas condignas.-----



Nós não temos bancadas condignas para os pais e para os visitantes, que quando chove estão a apanhar chuva. Estão com chapéu de chuva, não há um telheiro, não há um bar condigno, enfim, não tem havido engenho e arte para fazer melhor!-----
Penso que seria, de facto, uma prioridade equipar estes locais com este tipo de melhorias, porque se não estamos completamente a perder a carruagem em relação a outros locais e, aliás, quando nos visitam creio que vão com uma péssima imagem da nossa Cidade."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Diogo Miragaia Lima.

DIOGO MIRAGAIA LIMA: "Na sequência da intervenção da deputada municipal Isabel Gaspar Sousa, refiro que até à chegada do Partido Socialista ao executivo camarário, nós tínhamos apenas um campo sintético de futebol de 11, o qual dava também para futebol de 7.-----

De lá até à data de hoje, temos o campo municipal de treinos, os equipamentos desportivos da Praia, que expandiram imenso e têm obtido um sucesso enorme, o campo sintético da Leirosa, e um circuito com máquinas no Parque das Abadias.---
Concordo consigo na parte das condições para os pais e para a assistência. Essa também tem sido uma preocupação da Juventude Socialista, que já a manifestou à Vereadora do Desporto.-----

Esperemos que, no futuro, possa vir a ser construída uma cobertura no campo de treinos do Estádio Municipal José Bento Pessoa.-----

Para terminar, as condições desportivas claramente estão bastante superiores às que estavam antes, devíamos pensar era que isto já devia ter sido feito há muito mais tempo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Alves Macedo.

PEDRO ALVES MACEDO: "Fiquei mais rico com esta informação técnica relativamente à tipologia de relvados e sobre este mundo do futebol. Confesso não ser um reconhecido adepto de futebol, mas respeito, obviamente.-----

Quanto à colocação ou não de relvado sintético ou natural no Estádio Municipal José Bento Pessoa, reconheço que a colocação do relvado natural seria uma aposta que não só defenderia o investimento, em termos futuros, mas seria um atrativo para outras estruturas desportivas, não só necessariamente do futebol, o utilizarem.-----

Obviamente tem os seus custos, obviamente é onerosa, mas julgo que a instalação de um piso sintético, num estádio desta dimensão, vai limitar, a médio/longo prazo, toda a evolução que se queira fazer.-----



Porque se não, chegamos mais à frente e acabamos por mandar dezenas ou centenas de milhares de euros para o lixo, retirando esse piso sintético para colocar à pressa, não sei o que o futuro dirá, um outro tipo de piso.-----
Relativamente à intervenção Presidente da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião e ao seu pedido, eu agora também ia defender a minha «dama».-----
Nada tenho contra as suas reivindicações entenda-se, mas também gostaria de chamar aqui a atenção para a dimensão que a Associação Desportiva Cultural e Recreativa Vateca tem tido na promoção e divulgação do futebol, para a obra altamente meritória que tem feito ao longo de largas dezenas anos, para as centenas de atletas que lá praticam futebol nos vários escalões, e que já o fazem há muitos anos em tout-venant, sem reunir as condições mínimas para a prática de futebol.-----
E também seria bom olhar para este lado, porque vemos outros equipamentos a serem montados e estruturas capazes de dar o apoio suficiente, pelo que deixaria aqui o meu pedido para não se esquecerem do trabalho altamente altruísta da Associação Desportiva Cultural e Recreativa Vateca, que os seus diretores e, obviamente, os seus associados têm vindo a fazer.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Gaspar Sousa.

ISABEL GASPAR SOUSA: “Em resposta à intervenção do deputado municipal Diogo Miragaia Lima, acresce-me só de dizer que, normalmente, há uma tendência a imputar culpas aos executivos da Partido Social Democrata, contudo, se a memória não é curta, o Partido Socialista já é poder há largos anos e, na verdade, não tem havido grande alteração desta situação.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Matias Tavares.

JOSÉ MATIAS TAVARES: “De facto, a memória não é curta. De facto, não é nem deve ser, nem nunca será curta.-----
Só o facto de estarmos aqui a discutir uma possível situação de implantação de relvados sintéticos, é sinónimo ou sinal de que esta câmara tem gerido muito bem as suas finanças, pagando a dívida que vocês têm tendência a esquecer-se e, portanto, é um bom momento e há sinais de que isso é possível, o que outrora nem sequer se podia pôr no pensamento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Relativamente à pista de atletismo, peço desculpa por vos defraudar, mas estamos a fazer uma alteração orçamental para instalar a base da pista de Tartan, porque este ano ainda não dá para instalar a pista e não sabemos se dará para o próximo.-----



Contudo, como a placa de relva sintética se tiver envolvente em massa asfáltica, que é a base da pista de Tartan, perdura mais tempo, aguenta-se melhor, fizemos esse esforço.-----

É nosso objetivo colocar lá uma pista de Tartan, mas também é nosso objetivo reduzir a dívida, portanto, temos de prosseguir ao ritmo possível.-----

O Smart IP é um projeto para nós também da maior relevância do ponto de vista tecnológico, ambiental e económico. Como é do vosso conhecimento e têm acompanhado, nós temos na ordem dos 4.000 contadores de água com telemetria, que comunicam entre si via rádio de um modo ímpar, em termos nacionais e até da Europa.-----

A vantagem de comunicar via rádio é não se pagarem as comunicações SMS, portanto, é mais económico e mais eficiente.-----

Para isto tudo funcionar, e relativamente aos contadores de água as comunicações não gastarem muitas pilhas, é importante toda a rede comunicar na mesma perspetiva. Por isso, estamos a iniciar um projeto piloto em Vila Verde em que vamos ter os Postos de Transformação todos eles a abastecerem luminárias Leds, com energia 24 horas para poderem comunicar os contadores da água com as luminárias, e estas só estarão acesas quando nós pretendermos, porque têm telegestão.-----

Essas luminárias permitem-nos definir quando as ligámos, quando as apagamos, ligar umas e desligar outras, e reduzir a intensidade consoante o tráfego.-----

Para essas luminárias também estão previstos medidores de CO2, medidores de tráfego, e estamos a tentar também colocar câmaras de filmar e o 5G exterior.---

Através da ligação da telemetria dos contadores de água, recebem uma mensagem a dizer «o vosso contador está a debitar valores mínimos às 04,00 horas da manhã», que são condizentes com uma fuga, e vamos ter de perceber o que está a acontecer. Estamos a racionalizar e reduzir muito as perdas de água, um bem essencial, e estamos a ligar toda a parte de contadores com a iluminação elétrica e a videovigilância -----

Queremos lançar isto em todo o Concelho no primeiro semestre de 2020, mas isso vai custar aproximadamente 06 milhões de euros, investimento que será amortizado rapidamente com os custos. Os técnicos e os economistas dizem-nos isso. Mas nós como queremos fazer uma gestão segura e assertiva desta casa, estamos a lançar este projeto-piloto para, durante 3 meses, perceber qual o valor da poupança por comparação com o período homólogo do ano anterior.-----

Se os dados reais estiverem de acordo com aquilo que teoricamente nos dizem, vamos pedir um empréstimo de 06 milhões de euros, para pagar num tempo a considerar,



para pôr iluminação Led em todo o Concelho.-----
Este sistema de iluminação, independentemente de trazer mais segurança a todas as pessoas, melhora iluminação e tem também com a preocupação de 2700° Kelvin, aquela iluminação mais amarela que não desperta as pessoas.-----
Neste projeto piloto são vários parceiros e interessados a trabalhar connosco e a acompanhar este processo, porque, na verdade, tanto quanto eu sei é o único no país e tem uma tecnologia de comunicação via rádio completamente diferente, e traz aqui uma perspetiva a esta iluminação inteligente, por isso, nós dizemos Smart IP. Aliás, quem hoje passa pelo Picadeiro já teve a possibilidade de se aperceber que temos lá uma outra iluminação, mais eficiente com menos custos. As colunas da Praia também já têm um sistema muito semelhante de iluminação, o estacionamento da Avenida de Espanha, o campo de treinos do Estádio Municipal José Bento Pessoa, e o campo da Leirosa também já estão com telegestão.-----
Sobre os relvados permitam-me dizer uma coisa importante. Provavelmente, um campo de relva natural é mais barato que um campo de relva sintética, mas só pode ser utilizado entre 06 a 08 horas por semana, enquanto um campo de relva sintética pode ser utilizado entre 30 a 40 horas por semana.-----
Nós estamos preocupados que os nossos jovens, os nossos atletas, a nossa juventude tenha locais para treinar e praticar desporto. Não estamos a fazer um campo para a elite.-----
Quando cá chegámos, havia um campo num canto do Concelho que era utilizada por uma equipa que acabou pouco depois, mas havia um campo de treinos pelado e havia um outro que tinha um contrato com a Associação Naval 1º de Maio, e que só há muito pouco tempo nós conseguimos recuperar. Por isso é que ele foi deixado ao abandono. Herdámos um património muito complicado. Nem sequer nos passou nunca pela cabeça a hipótese de requalificar o campo, enquanto ele não estivesse na posse do Município, pois seria uma má gestão dos dinheiros desta casa.-----
A carruagem tinha sido perdida e nós, agora, recuperámo-la e pusemo-la a andar. A má imagem existia, agora estamos a melhorá-la.-----
Hoje temos a recuperação do campo, um campo de treinos que não tem de ter bancada ou ser coberto.-----
Até podíamos fazer um campo muito bonitinho, com bancada e com tudo, mas isso, provavelmente, aumentaria a dívida do Município e não faríamos mais nenhum. Portanto, decidimos fazer um campo de treinos, depois decidimos fazer um campo na Leirosa, porque não é só sítio para fazer um bairro social, também é sítio para



construir equipamentos desportivos.-----
Estamos a requalificar o Estádio Municipal José Bento Pessoa e o Campo de treinos e a resposta é relva sintética assumidamente, porque queremos que ele esteja à disposição dos jovens, no mínimo, 30 a 40 horas por semana, que seja utilizado pelos jovens das escolas até às 16,00/17,00 horas, pelos jovens dos clubes e por adultos das 16,00 às 24,00 horas.-----
E não vale a pena criar aqui uma questão entre São Pedro, Figueira da Foz e Buarcos e São Julião, porque o campo de São Pedro também já está assumido e vamos apoiar com 120.000 euros, e também já está assumida a colocação de uma placa de relva sintética no campo da Leirosa.-----
O protocolo só não está assinado, porque estamos a aguardar a análise do projeto enviado pelo Clube da Cova-Gala, mas os 120.000 estão afetos em orçamento para cumprir a nossa palavra.-----
Relativamente ao campo de Buarcos também há uma preocupação, e como o Presidente da Junta de Freguesia acompanha as nossas dificuldades e a nossa gestão, quando for possível, claro que sim!-----
Ao mesmo tempo, teremos de olhar para a Associação Desportiva Cultural e Recreativa Vateca, mas deputado municipal Pedro Alves Macedo, só quando for possível.-----
Ao campo da Associação Desportiva Cultural e Recreativa Vateca falta a placa de relva sintética, porque a Junta de Freguesia e a associação têm feito um trabalho extraordinário nos balneários e na envolvente.-----
Por fim, permitam-me lembrar-vos que existe um campo de relva natural no Concelho da Figueira da Foz, não está muito longe de nós, está em Quiaios, e tem recebido várias equipas da 1.ª Liga para fazerem os seus estágios.”-----
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado José Fernando Correia.-----
JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Uma nota para saudar a intervenção do Presidente da Câmara, relativamente às questões da eficiência energética, e à substituição da iluminação pública.-----
Saúdo a introdução deste elemento da prudência e de um teste prévio, uma experiência-piloto, nesse investimento maior, que se pretende vir a fazer em matéria de alteração da iluminação pública no Concelho.-----
Um investimento de 06 milhões de euros requer, a meu ver e bem, que sejam avaliadas até ao limite do que for possível as suas consequências.-----
Eu compreendo a centralidade das questões da eficiência energética e da descarbonização das políticas públicas contemporâneas, mas também e ao contrário



de outros, compreendo que o Município não pode ser endividado, direta ou indiretamente, em 06 milhões de euros, sem primeiro se perceber muito bem o que se está a fazer.-----

A segunda nota que gostava de deixar aos deputados do Partido Social Democrata que, sistematicamente, se manifestam contra o facto de haver um conjunto de revisões das Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

E eu até podia compreender o argumento se não conhecesse as coisas, mas conhecendo, não compreendo.-----

É bom que tenhamos noção que, durante anos, os municípios incluindo o da Figueira da Foz, puderam inventar nos orçamentos, designadamente, inventar receita de capital, achando que durante os exercícios se iriam vender coisas e loiças, imóveis, e tudo e mais alguma coisa.-----

Isso aconteceu muito durante os mandatos do Partido Social Democrata e, portanto, o que nós tínhamos eram, depois, execuções nas receitas de capital e nas despesas de capital de 10% a 15%. Na despesa, como estava receita inventada, punha-se lá tudo, e por isso, não era preciso fazer revisão nenhuma.-----

E agora vou dar aqui uma abébia ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, o que sucede é que, posteriormente, por vontade política deste executivo e por via legislativa do Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, deixou de se poder inventar venda de bens de investimento e, portanto, teve de se conter o nível de despesa, designadamente, a despesa de capital que se coloca em Orçamento.-----

Isso implica que, ao longo do exercício, se tenha de ir adaptando o instrumento orçamental, porque há investimentos e oportunidades de investimento que, entretanto, aparecem, por exemplo, na sequência de avisos no âmbito dos apoios comunitários, ou obras que se atrasam, tornando-se necessário tirar umas coisas e meter outras.-----

Hoje, nós temos uma exigência de cumprimento do orçamento na ordem dos 80% a 85% e, portanto, não são consentidas coisas que noutros tempos eram."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Antes de mais, uma nota de profundo respeito por esta mea culpa. Eu faço ideia de quanto custou ao deputado municipal José Fernando Correia falar no ministro Vítor Gaspar, um homem tão violentamente zurzido durante tantos anos e, agora, afinal é o seguro de vida de muitas câmaras municipais.-----

Lamento profundamente que o Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz continue a tentar transformar a Assembleia Municipal num comício do Partido



Socialista. E eu fico absolutamente incomodado com o teor da linguagem. É verdade! Eu acredito que este discurso possa fazer caminho e possa ser interessante ao nível da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista, e ao nível até de algumas ações de campanha do Partido Socialista, mas nós precisamos de um Presidente da Câmara. Dr. Carlos Monteiro, por favor assumo que esta Assembleia Municipal é o conjunto da vontade política e de cidadania de várias pessoas que foram votar e, portanto, estamos aqui em representação das pessoas que votaram em nós. Por isso, de alguma maneira, tenha também em consideração que, eventualmente, as pessoas que votaram em nós precisam de ser respeitadas e de ser representadas nesta Câmara.-----

Fico sempre sem perceber quando o Partido Socialista cá chegou. Foi em 1974? É que o Partido Socialista já é governo na Figueira da Foz há quase 40 anos.-----
Continuar a achar que tudo o que é mal feito no Concelho da Figueira da Foz, foi durante o tempo em que Partido Social Democrata ganhou eleições e foi Governo, acho que é minorizar tudo aquilo que se tem feito, e toda a oposição, e é do confronto de ideias que nós crescemos.-----

Dr. Carlos Monteiro seja Presidente de Câmara, não seja líder da Comissão Política Concelhia do Secretariado do Partido Socialista, porque nós estamos a tentar fazer que o Concelho da Figueira seja representado por todas as forças políticas.-----
Embora, a nossa função aqui não seja propriamente dar ideias (até porque eu já estou habituado a que nós demos ideias e vocês se riam delas, votam contra, e depois uns anos mais tarde, até vêm fazer aquilo que nós propusemos) eu deixava aqui duas notas que eu sei que, daqui a uns anos, vocês vão entender como boas, e que eu dou de barato.-----

Quanto à questão da eficiência energética, acho muito bem que se faça um projeto-piloto, e estou perfeitamente de acordo que deva ser testado, porque há um orçamento de 06 milhões de euros para que depois seja aplicado a todo o Concelho.-----

Primeira ideia - ouvi falar que este projeto de eficiência energética tem a ver também com conseguir-se um menor consumo de água. Ora, se isto tem a ver também com a eficiência do consumo de água, porque não envolver outros parceiros, por exemplo, a empresa Águas da Figueira, S.A., neste consórcio? Acho que seria de todo interesse que várias pessoas, várias entidades e várias cabeças pudessem participar neste projeto.-----

Segunda ideia - é que possam candidatar este projeto a Fundos Europeus, pois está perfeitamente dentro daquilo que é compaginado em termos europeus.-----



Ao invés de estar a endividar a Figueira da Foz em 06 milhões de euros, por que não candidatar este projeto a Fundos Europeus? Seria uma forma de desonerar o Município da Figueira da Foz.-----

Eu sei que estas ideias vão ser consideradas por vós, portanto, tomem esta Assembleia Municipal como um Fórum, onde há outras pessoas que pensam e que querem contribuir para o bem da Figueira da Foz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Manuel Rascão Marques.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Dr. Carlos Monteiro, fico satisfeito por o senhor gostar tanto de prometer. Espero sinceramente que continue nesse caminho, pelo menos, também no próximo ano.-----

Fico satisfeito também de, pela primeira vez, ver um deputado do Partido Socialista afirmar que houve um ajustamento porque um governo do Partido Social Democrata assim o impôs, porque os governos do Partido Socialista, até então, permitiam todo esse regabofe.-----

Aliás, eu já o disse aqui nesta sede que não era só o mérito de quem governa o Município, mas muito mais mérito de quem legislou nesse sentido.-----

Porque os senhores passam a vida a falar de dívida, e fica-vos bem defender a vossa dama, parece que antes do Partido Social Democrata ser poder neste Município não havia dívida nenhuma, tudo era um mar de rosas e havia um superavit, e que o Partido Social Democrata estourou com todo o superavit que os senhores deixaram. É preciso lembrar que esse tal contrato, dito difícil, da entrega do Estádio Municipal José Bento Pessoa à Naval 1.º de Maio, também foi feito por um presidente do Partido Socialista. É preciso não esquecer e, portanto, também terá responsabilidades disso.-----

Eu compreendo as defesas todas da opção que tomaram, mas eu também tenho direito, salvo o devido respeito, de entender que foi uma opção errada.-----

Mas gostava que o Presidente da Câmara nos dissesse onde estão os estudos e os pareceres técnicos para defender a escolha do sintético. E depois, também acho engraçado que os senhores falam tanto da pegada ecológica, reduzem o tráfego, e agora, estão numa fúria de plantar plástico por aí fora e de fazer estádios sintéticos. Curioso!-----

Para terminar, gostava que o Presidente da Câmara, que fala que tudo é pensado e planeado, me dissesse uma coisa - então, quando estavam a projetar a requalificação do Estádio Municipal José Bento Pessoa, não planearam a construção da pista de Tartan, e que para isso, seria necessário a tal base? Porquê só agora? E já agora



de entre as suas promessas, diga-me lá quando é que pensa instalar a pista de Tartan?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.-----

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "Com a instalação deste equipamento do Smart IP quem vai ganhar com isto? De que forma é que a Câmara fica a ganhar? Os cidadãos, os habitantes também ficam a ganhar com isto? E quem mais fica a ganhar com isto?-- Agora, uma observação - todos nós concordámos com o investimento de 06 milhões de euros para a redução do consumo da luz, no futuro. Mas o que dirão as pessoas, lá fora, quando amanhã souberem que nós aprovámos a alteração, e que vamos gastar 06 milhões de euros e continuamos com a Cidade da forma como está?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Fui eleito para defender os interesses de todos os figueirenses, e é isso que eu faço, e gostaria que o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco quando nos faz as críticas também não as fizesse, porque também está aqui a respeitar as nossas preocupações com todos, a não ser que seja candidato a qualquer coisa, o que também não me interessa.-----

Quem vai ficar a ganhar com o projeto IP são todos os Figueirenses, e se eu fosse orgulhoso, diria que quem ganha é o Planeta.-----

Ficarão a ganhar os 7,5 mil milhões de habitantes do planeta Terra.-----

Na realidade, quando nós estamos a contribuir para a descarbonização, para menos consumo de energia, estamos a contribuir para um planeta sustentável.-----

Objetivamente, estamos a ganhar nós figueirenses, porque a conta da iluminação pública, se não me falha a memória, rondará os 1,5/1,6 milhões de euros por ano. Se gastarmos 06 milhões de euros, e fizermos o empréstimo, vamos supor a 10 anos, e se amortizarmos 700.000 euros e pagarmos 500.000 euros de iluminação pública, todos os anos vamos ter mais 300.000 euros para investir na Cidade da Figueira da Foz.-----

Portanto, é este o modelo que nós estamos a construir, e quando chegar a hora, se os nossos estudos teóricos estiverem certos, é este o modelo que vamos propor aqui.-----

Pegada ecológica é um tema que eu gosto - a relva natural por norma cresce, tem de ser adubada, cortada e regada. Se somarmos tudo isto aos custos em termos de pegada ecológica da relva sintética, é vantajoso.-----

Aliás, basta estudarmos um bocadinho e fazermos alguma pesquisa, para percebermos



que as zonas verdes hoje não têm mais nenhuma valia em termos de descarbonização, nem em termos de ambiente sustentável.-----

Mas de um modo geral, hoje, a evidência é que o campo de relva sintética, em termos de sustentabilidade ecológica, é mais favorável do que um campo de relva natural. Relativamente às duas ideias do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, uma vem tarde e é antagónica, porque quando apresentarmos aqui a reestruturação do Acordo com a Águas da Figueira, S.A. e o Plano de Investimento a longo prazo, penso que o senhor votou contra. O deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco votou contra 150.000 euros para a telemetria, e ela está articulada com isto, pois vamos medir contador a contador e dar a informação.-----

Ganham os figueirenses, porque, como sabe o Contrato de Concessão do Partido Social Democrata, assinado por todos nós eleitos em listas partidárias, contempla lá uma Taxa Interna de Rentabilidade, e por isso, quanto menor forem as perdas de água menor serão os prejuízos. Portanto, podemos ter rendimento acrescido disto e atenuar o custo desproporcionado da água, que foi provocado por esse Contrato.-- Independentemente disso, há outra mais-valia ímpar, a poupança da água, um bem importantíssimo que escasseia cada vez mais.-----

Relativamente aos Fundos Europeus não conheço muitas autarquias que tenham feito tantas candidaturas como o Município da Figueira da Foz.-----

Neste momento não existe candidatura em aberto, mas se vier a ser lançada nós lá estaremos.-----

A pista de Tartan tem rubrica aberta no Orçamento, mas não temos condições hoje para a construir em 2020. É nosso objetivo fazê-la em 2021, mas se em 2000 as coisas nos correrem bem e se conseguirmos fazer algumas alterações orçamentais, é possível que a consigamos lançar ainda em 2020.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista João Raul Portugal e Fernanda Marques Lorigo, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Bloco de Esquerda, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária e do membro do Partido Social Democrata, Célia Querido Oliveira, e nove votos contra



dos membros do Partido Social Democrata, Maria Margarida Fontoura, Manuel Fernandes Domingues, Paulo Martinho Pinto, Isabel Gaspar Sousa, Teotónio Jesus Cavaco, Manuel Rascão Marques, Luis Góis Silva, Pedro Alves Macedo e Tiago Cadima Jorge, aprovar a 6.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019, visando a inscrição das ações «Estádio Municipal José Bento Pessoa e Campo de treinos - Requalificação da Pista de Atletismo» e «Smart IP - Vila Verde (Projeto Piloto)».

Deliberação aprovada em minuta.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Apenas uma nota, mas não ficaria bem comigo mesmo se não a dissesse neste momento.

É inqualificável o facto de haver uma Assembleia Municipal da Figueira da Foz sem a presença de um único jornalista.

E gostaria, se assim for entendido pelos outros grupos municipais, que fosse dada nota disso aos órgãos de comunicação social representados na Figueira da Foz, estou a falar no Diário As Beiras, Diário de Coimbra, e na Lusa, da parte da própria Mesa da Assembleia Municipal."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves.

MARIA ADELAIDE GONÇALVES: "A Coligação Democrática Unitária acompanha esta posição. Nós já estamos habituados, porque mesmo com os jornalistas cá, somos completamente silenciados."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Paulo Pinto.

JOÃO PAULO PINTO: "Gostaria de dar aqui um esclarecimento aos meus colegas Presidentes de Junta de Freguesia, sobre o licenciamento dos canídeos, que me foi enviado agora pela Associação Nacional de Freguesias:

«Na sequência do pedido de esclarecimento após análise do mesmo e, de acordo com orientações do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, informo o seguinte:

Em virtude da existência de interpretações que têm surgido acerca da perda de competências das juntas de freguesia por via da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 82/2019, de 27 de junho, cumpre esclarecer:

O Decreto-Lei nº 82/2019, de 27 de junho, não introduz qualquer restrição às competências licenciadoras de animais de companhia por parte das juntas de freguesia pois a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, diploma que contém o regime jurídico das autarquias locais e que, não podendo ser alterado por ato legislativo



do Governo, continua a mencionar as competências das juntas de freguesia para o registo e licenciamento de canídeos e gatídeos.-----

Por essa razão, não é admissível qualquer interpretação que envolva uma restrição das competências das juntas de freguesia nesta matéria e por via da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 82/2019, de 27 de junho.-----

Por este motivo também, no âmbito da respetiva autonomia local e com base na mencionada alínea nn) do nº 1 do artigo 16º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as freguesias mantêm a competência para regulamentarem, como já acontecia, os termos do registo e licenciamento dos canídeos e gatídeos, incluindo a fixação das respetivas taxas a aprovar pela assembleia de freguesia nos termos do regime das taxas das autarquias locais - Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro.-----

Está na pasta de transição um projeto de Portaria que adapta o regime do registo e licenciamento de canídeos e gatídeos ao Decreto-Lei nº 82/2019, de 27 de junho.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: “Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta.”-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista João Raul Portugal e Fernanda Marques Lorigo, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----